

TRABALHANDO COM O

BRASIL



BRASIL: um parceiro chave para a OCDE



Maior país da América do Sul e oitava economia do mundo, o Brasil é um parceiro estratégico da OCDE. Nas últimas duas décadas, o Brasil tem enriquecido nosso trabalho intensificando sua participação nas atividades da OCDE. Ele se tornou o primeiro parceiro-chave da OCDE a formalizar sua aspiração de ser membro da OCDE em maio de 2017.

O Brasil tem sido uma fonte valiosa de experiência em política pública, fornecendo abordagens inovadoras para os desafios globais. O governo brasileiro está engajado em nosso trabalho em uma ampla gama de questões políticas, desde concorrência a tributação, educação a meio ambiente, políticas digitais a estrutura regulatória. Hoje, o Brasil participa de mais órgãos, projetos e programas da OCDE, e aderiu a mais instrumentos da OCDE, do que qualquer outro Parceiro da OCDE.

2020 foi um ano decisivo para a economia mundial e marca uma virada crítica para o futuro do Brasil. O país estava finalmente saindo de uma longa recessão quando ocorreu o surto de COVID-19, e agora está projetado para sofrer uma nova recessão. Embora as medidas políticas tomadas pelo governo tenham ajudado as populações mais vulneráveis a enfrentar as fases iniciais do surto, a crise do COVID-19 afetou profundamente a economia e a sociedade brasileira. O espaço fiscal limitado, exacerbado pelo aumento da dívida pública relacionado à pandemia, exige um ímpeto renovado para uma agenda de reformas estruturais. O país deve aproveitar seu sucesso com a reforma da previdência para melhorar ainda mais a sustentabilidade fiscal geral e a eficiência do gasto público. Lidar com o alto grau de desigualdade que afeta o bem-estar e o crescimento econômico, e ao mesmo tempo fortalecer suas políticas de crescimento sustentável, também serão chave para a recuperação do Brasil. Outras prioridades para “reconstruir melhor” incluem o aumento dos níveis de investimento, melhorando o clima de negócios e acesso ao financiamento, enfrentando gargalos de infraestrutura, promovendo a inclusão de gênero e oportunidades para as mulheres e aumentando sua participação nas cadeias de valor globais para colher e distribuir os benefícios da globalização mais amplo. A OCDE está pronta para apoiar o Brasil nesses desafios.

Esta brochura fornece uma visão geral do escopo, profundidade e riqueza da parceria crescente e mutuamente benéfica entre Brasil e OCDE. Esperamos aprofundar ainda mais nossa cooperação e continuar a projetar, desenvolver e entregar melhores políticas para uma vida melhor no Brasil.

ANGEL GURRÍA, *Secretário-Geral da OCDE*

Índice

A OCDE E O BRASIL	2	EMPREGO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	36
A OCDE e o Brasil: Uma cooperação crescente e mutuamente benéfica	4	Criando empregos	37
Brasil: o parceiro-chave mais ativo da OCDE	6	Apoiando o desenvolvimento das PMEs e fortalecendo as habilidades locais	38
Trabalhando juntos para enfrentar a crise da COVID-19	8	Fortalecendo o sistema de saúde	39
Encontrando soluções globais no G20	9	Educando e capacitando as novas gerações com as competências certas	41
Liderando o trabalho da OCDE com a América Latina e o Caribe	11	Combatendo a desigualdade de gênero	43
Apoiando o alinhamento do Brasil com os padrões da OCDE	13	Medindo o bem-estar	44
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, EQUILIBRADO E INCLUSIVO	15	INDÚSTRIA E INOVAÇÃO	45
Fortalecendo o crescimento econômico	16	Construindo uma economia digital e do conhecimento	46
Promovendo o crescimento verde	18	Promovendo uma indústria do aço vibrante	47
Aumentando a produtividade agrícola e segurança alimentar	19	MEIO AMBIENTE E ENERGIA	48
Fazendo o crescimento funcionar para todos	20	Fomentando o desenvolvimento sustentável	49
Aprimorando a participação nas cadeias globais de valor	21	Promovendo a boa governança da água	50
O BOM FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS	22	Desenvolvendo a estratégia energética	51
Estimulando o comércio	23	Aprimorando a energia nuclear e outras aplicações nucleares	52
Revigorando o investimento internacional	24	Fortalecendo a segurança química e transgênica	53
Promovendo concorrência saudável	25	UM ATOR GLOBAL E REGIONAL	54
Fortalecendo a educação financeira	26	Promovendo a cooperação para o desenvolvimento eficaz e a agenda 2030	55
Reforçando a proteção ao consumidor	27	Buscando a colaboração dos sindicatos, da comunidade empresarial e das fundações	56
GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA	28	ANEXOS	58
Fortalecendo a governança corporativa e de empresas estatais	29	OCDE de hoje: melhores políticas para uma vida melhor	58
Melhorando o ambiente de negócios	30	Instrumentos jurídicos da OCDE: facilitando a cooperação internacional coordenação	60
Combatendo a corrupção transnacional	31	Participação do Brasil nos órgãos da OCDE	63
Alinhamento com as normas tributárias internacionais	32		
Fortalecendo a transparência e eficiência orçamentária e do gasto público	34		
Promovendo transformação digital no setor público	35		

A OCDE E O BRASIL



TRABALHANDO JUNTOS



A OCDE e o Brasil: uma cooperação crescente e mutuamente benéfica

Com um produto interno bruto de USD 3.372 trilhões¹ e uma população de 212 milhões de habitantes, o Brasil é a oitava economia do mundo. A sua expressão formal de interesse em se tornar membro da OCDE é, portanto, da maior importância estratégica, e ainda mais por ser a primeira proveniente de um Parceiro-Chave.²

A cooperação entre o Brasil e a OCDE data do início da década de 1990, quando a Organização iniciou seu engajamento com quatro países latino-americanos (incluindo também Argentina, Chile e México). Desde então o Brasil se tornou o país não-membro mais engajado da OCDE, participando no maior número de órgãos e projetos e aderindo ao maior número de normas da Organização.

Consolidando esta cooperação crescente e mutuamente benéfica, o Brasil apresentou seu pedido de adesão à OCDE na Reunião do Conselho Ministerial (MCM) de maio de 2017. Este pedido está atualmente sendo considerado pelo Conselho da OCDE, juntamente com outros cinco candidatos, incluindo Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia.

“Estamos prontos para iniciar nosso processo de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já estamos adiantados, adotando as práticas mundiais mais elevadas em todo os terrenos, desde a regulação financeira até a proteção ambiental.”

Jair Bolsonaro, Presidente do Brasil na Assembléia Geral da ONU 2019 em Nova Iorque, Estados Unidos

1. PIB em PPC a preços internacionais de 2018. Fonte: Banco Mundial. 2. Os cinco países Parceiros-Chave da OCDE incluem: Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul.



1996

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil aderiu ao seu primeiro comitê da OCDE (Comitê do Aço).



1999

O Ministro da Fazenda Luis Felipe Lampreia em visita à OCDE.



2000

Brasil adere à Convenção Anticorrupção e Recomendação do Conselho contra os Cartéis.



2007

O Brasil é convidado a um “envolvimento aprimorado” com a OCDE, posteriormente referido como Parceiro-Chave.



2008

Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visita sede da OCDE.



2009

Ministro Mantega lança o Relatório Econômico do Brasil com Secretário-Geral Gurría, em Brasília.



Jair Bolsonaro, Presidente do Brasil, e Angel Gurría, Secretário-Geral da OCDE, durante a Cúpula dos Líderes do G20 2019, em Osaka, Japão.



2014
OCDE lança *Índice para uma Vida Melhor* em português em São Paulo com a lenda do futebol Pelé.



2015
Brasil assina Acordo de Cooperação e Programa de Trabalho.



2017
Brasil apresenta seu pedido de adesão à OCDE durante a Reunião do Conselho Ministerial (MCM) de 2017.



2018
Presidente Michel Temer recebe Secretário-Geral da OCDE Gurría em Brasília.



2019
Assinatura do Memorando de Entendimento OCDE-Reino Unido sobre cooperação com o Brasil com o Ministro das Relações Exteriores Araújo.



2020
Os Ministros da Casa Civil, Walter Braga Netto, e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, discursam no Conselho da OCDE.

PROGRES

Brasil: O Parceiro-Chave mais ativo da OCDE

Hoje, o Brasil é um “Associado” (ou “membro”), i.e., participa em pé de igualdade com membros da OCDE, em 14 órgãos e programas da OCDE, e um “Participante” em outros 25 órgãos da OCDE (mais detalhes nos Anexos).

Em termos de instrumentos jurídicos, que são padrões, melhores práticas e diretrizes de políticas desenvolvidas pelos comitês da Organização, o Brasil aderiu a 94 instrumentos jurídicos da OCDE. Recentemente, o Brasil solicitou a adesão a mais 52 instrumentos, incluindo os Códigos de Liberalização dos Movimentos de Capital e Operações Invisíveis Atuais.



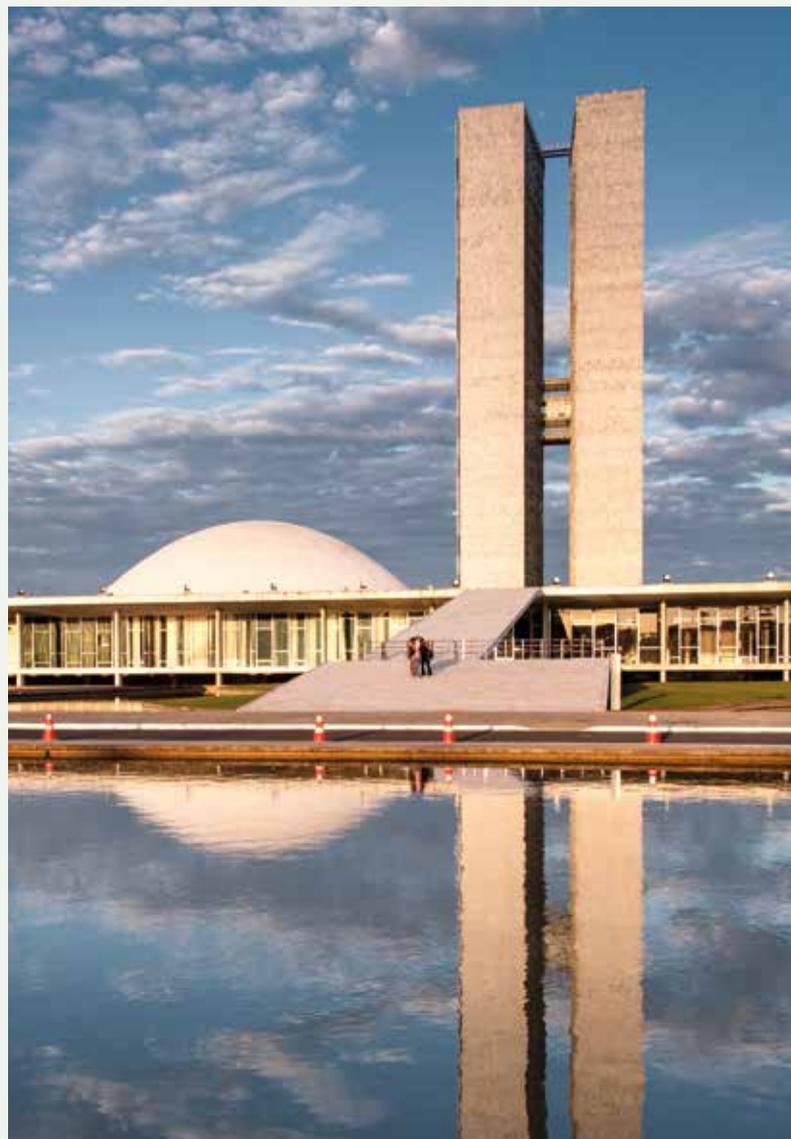
“A adesão do Brasil à OCDE é uma das principais prioridades do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, comprometido em transformar o Brasil em uma economia liberal de mercado e uma verdadeira democracia liberal. Não apenas beneficiará o processo de reformas em andamento em nosso país, mas também fortalecerá o

alcance e a relevância da Organização neste momento crítico. A adesão proporcionará uma oportunidade única para aprimorar nossa cooperação com todos os membros em uma ampla gama de questões políticas que são fundamentais para a promoção de um mundo mais sustentável, próspero e inclusivo, reforçando nossos valores e princípios compartilhados. O tempo é essencial aqui. O Brasil está pronto para iniciar o processo de adesão à OCDE e, para concluí-lo rapidamente, pedimos a todas as partes envolvidas que examinem este pedido com um senso de urgência.”

Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do Brasil

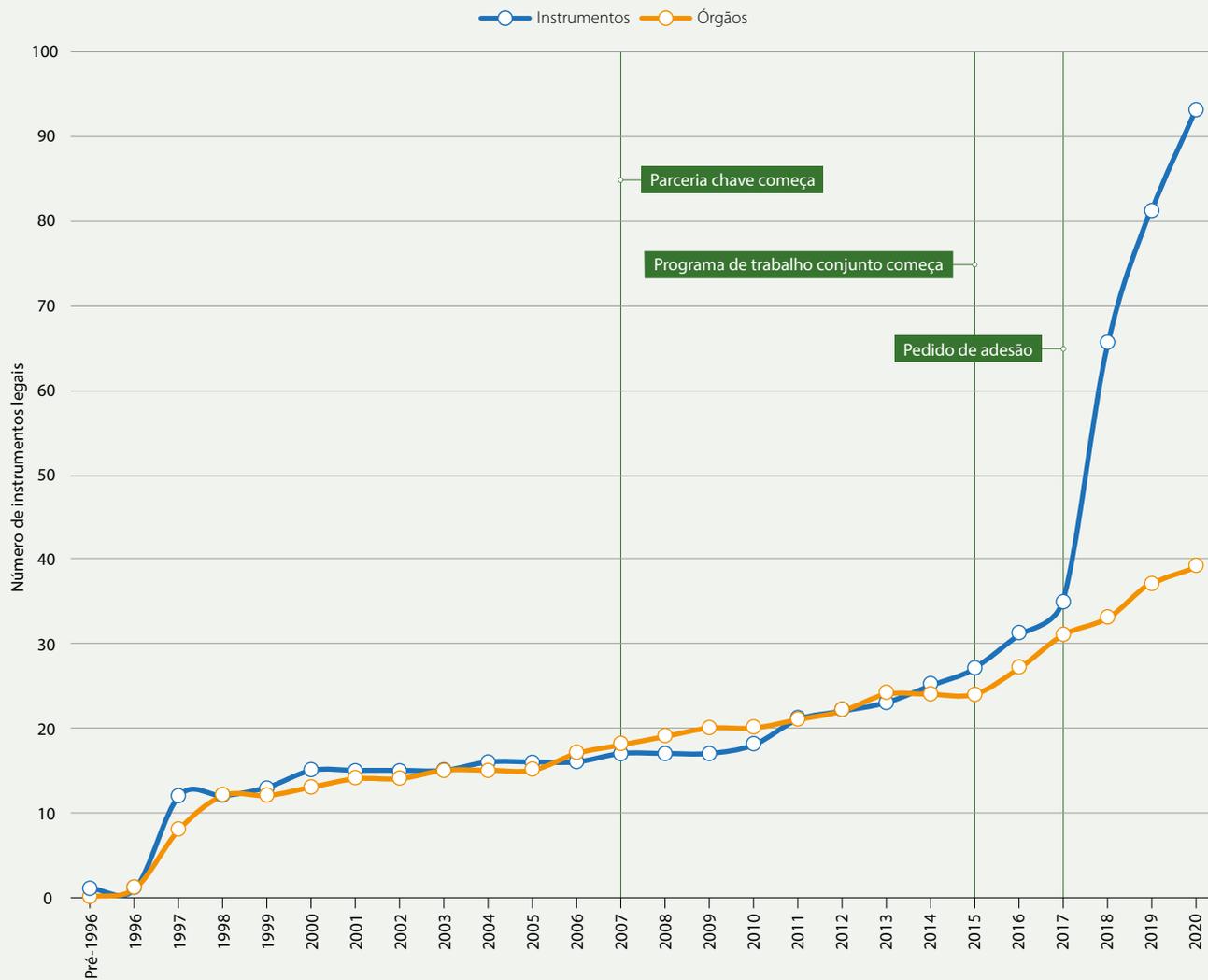
“A adesão à OCDE é o coroamento dos nossos esforços de aperfeiçoamento institucional. E a garantia de que estamos trilhando o caminho da prosperidade.”

Paulo Guedes, Ministro da Economia do Brasil





Participação em Órgãos e Projetos da OCDE e adesão a Instrumentos Legais da OCDE



Fonte: OCDE, Secretaria de Relações Globais

Trabalhando juntos para enfrentar a crise da COVID-19



Para fortalecer ainda mais a cooperação do Brasil com a Organização, em janeiro de 2020 o Presidente Bolsonaro anunciou a criação da Secretaria Especial de Relações Exteriores da Presidência (Casa Civil). A Secretaria Especial supervisiona os assuntos da OCDE dentro da Casa Civil e apoia o trabalho do Conselho Interministerial para Assuntos da OCDE, criado em julho de 2019 para monitorar e reforçar a cooperação do Brasil com a OCDE. Liderado pela Casa Civil, o Conselho Interministerial conta ainda com a participação de altos funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia. Juntando-se a esses esforços, em novembro de 2019, membros do Parlamento criaram o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-OCDE para discutir e apoiar o alinhamento do Brasil com os padrões e melhores práticas da OCDE.

Como foi o caso para muitas atividades da Organização, a cooperação bilateral da OCDE com o Brasil em 2020 teve que ser reformulada no contexto da pandemia COVID-19. O Secretário de Relações Exteriores da Casa Civil desenvolveu uma força-tarefa informal OCDE-Brasil para promover a troca de experiências e perspectivas sobre a melhor forma de responder à crise. Uma série de reuniões virtuais lideradas pelo Ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, foram realizadas com a participação do Secretário-Geral e especialistas da OCDE e autoridades brasileiras sobre temas específicos como saúde, trabalho, questões sociais e pequenas e médias empresas.

O Governo Brasileiro também contribuiu com a tradução de várias notas de política para o **Hub COVID-19 da OCDE** em português com o apoio da Fundação Getúlio Vargas

O impacto da crise do COVID-19 na execução dos projetos em andamento foi limitado, embora alguns projetos tenham tido seus cronogramas ajustados. Alguns projetos foram adaptados para abordar as repercussões sanitárias, econômicas e sociais da crise COVID-19, fornecendo uma avaliação de seu impacto e recomendações sobre as respostas políticas.

“A resposta do Brasil à pandemia COVID-19 combinou medidas de emergência robustas e a continuidade de um processo de reforma que está em linha com as políticas da OCDE.”

Walter Souza Braga Netto, Ministro-Chefe da Casa Civil durante a Reunião Ministerial da OCDE 2020, virtual.



Walter Souza Braga Netto, Ministro-Chefe do Gabinete do Brasil, e **Angel Gurría**, Secretário-Geral da OCDE, durante a reunião virtual da força-tarefa OCDE-Brasil sobre a resposta do COVID-19, abril de 2020.



Encontrando soluções globais no G20

A OCDE e o Brasil estabeleceram uma estreita cooperação no contexto do G20, com o objetivo de fortalecer a economia global e torná-la mais inclusiva, baseada em regras e aberta. Em particular, em áreas como infraestrutura, tributação internacional, gestão de fluxo de capital, siderurgia e digital, que provaram ser uma plataforma importante para o avanço da parceria OCDE-Brasil.

Como copresidente do Grupo de Trabalho de Infraestrutura do G20, o Brasil está ativamente engajado no trabalho contínuo com a Presidência da Arábia Saudita, com foco nas prioridades de tecnologia e infraestrutura, e em estruturas regulatórias para atrair investimentos privados em infraestrutura. A OCDE está trabalhando com a Arábia Saudita como presidente do G20, bem como com o Brasil e a Austrália como co-presidentes desse grupo, para fornecer evidências e análises em ambas as áreas prioritárias, com o objetivo de ajudar os países do G20 a reduzir

a lacuna de financiamento de infraestrutura e promover investimentos em infraestrutura de melhor qualidade.

O Brasil continua ativamente engajado na *agenda tributária internacional* do G20-OCDE. O Brasil tem desempenhado um papel importante na orientação deste trabalho como membro do Grupo de Coordenação da *Estrutura Inclusiva em Erosão de Base e Transferência de Lucros (BEPS)*, que hoje inclui mais de 100 países e visa aprimorar o padrão global na luta contra o global Evasão fiscal. Atualmente, o Brasil também está engajado nas discussões para uma solução consensual para os desafios tributários decorrentes da digitalização da economia. Em relação à transparência tributária, o Brasil também está intimamente envolvido no trabalho de Troca Automática de Informações (AEOI) e faz parte do Grupo Diretor do *Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Tributários*.



📍 A Cúpula do G20 em Osaka realizada de 28 a 29 de junho de 2019 no Japão.

Encontrando soluções globais no G20

O envolvimento no G20 levou o Brasil a solicitar a adesão ao Código de Liberalização dos Movimentos de Capital revisado da OCDE e a buscar um envolvimento ativo no trabalho da OCDE sobre a gestão do fluxo de capital. O processo contínuo de adesão do Brasil ao Código representa uma importante chamada para aproximar outras economias emergentes do G20 deste importante padrão. Na verdade, oferece uma plataforma única para apoiar os países em sua busca por capital de longo prazo, ao mesmo tempo que permite a flexibilidade adequada para responder às preocupações de estabilidade financeira associadas a grandes entradas e saídas de capital.

Ao longo de 2019, o Brasil foi copresidente do *Fórum Global do G20 sobre Excesso de Capacidade de Aço*, criado pelos líderes do G20 na Cúpula de Hangzhou de 2016 e facilitado pela OCDE.

Seu objetivo é abordar as causas do excesso de capacidade no mercado global de aço por meio da cooperação multilateral. Em sua função de copresidente, o Brasil exortou as principais economias produtoras de aço a continuarem tratando do problema de excesso de capacidade, especialmente à luz da projeção de menor demanda de aço.

O Brasil também é um país aderente aos Princípios de Inteligência Artificial (IA) da OCDE e aos Princípios de IA do G20, que foram elaborados a partir dos Princípios da OCDE. O Brasil também participa do trabalho do OCDE AI Observatory e está trabalhando em estreita colaboração com a OCDE para implementar os Princípios do G20 AI.

www.oecd.org/g20



⇒ **Emmanuel Macron**, Presidente da França, **Angel Gurría**, Secretário-Geral da OCDE, e **Jair Bolsonaro**, Presidente do Brasil na Cúpula do G20 em Osaka, Japão, junho de 2019.

Liderando o trabalho da OCDE com a América Latina e o Caribe

Lançado na Reunião do Conselho Ministerial da OCDE de 2016, o Programa Regional da OCDE para a América Latina e o Caribe (LACRP) visa apoiar os países da região no avanço de suas agendas de reforma seguindo três prioridades regionais principais: aumento da produtividade, promoção da inclusão social e fortalecimento das instituições e governança. O LACRP atende à crescente consciência da região sobre a necessidade de melhores políticas e reformas estruturais para garantir taxas mais altas de crescimento e sustentar o desenvolvimento econômico e social.

Desde 2019, o Brasil é co-presidente do LACRP, junto com o México, conduzindo as discussões de seu Grupo Diretor, que fornece orientação estratégica para as atividades do Programa e consiste de membros da OCDE e vários parceiros latino-americanos. O Brasil também participa de uma série de atividades do LACRP, como redes de política regional nos temas

de concorrência, governança corporativa, empresas estatais, assuntos fiscais, regulamentação, investimento, governo aberto, orçamento, migração e desenvolvimento.

O LACRP apoia a reforma em várias áreas de políticas públicas com os países da OCDE e da América Latina e Caribe (ALC), e em parceria com outras organizações internacionais ativas na região. As atividades do LACRP trazem e adaptam os métodos de trabalho da OCDE de produção de estatísticas comparáveis, avaliação e diálogo sobre políticas públicas, e assessoria política para a região, facilitando a participação mais ampla dos países da ALC no trabalho da OCDE e seu acesso à experiência da OCDE.

Em julho de 2020, o Brasil participou da *Cúpula Ministerial Virtual de Inclusão Social OCDE-ALC sobre Informalidade e Inclusão Social em Tempos do COVID-19*. Esta conferência reuniu autoridades de alto nível e diversas partes interessadas de países da

Prioridades Temáticas do Programa Regional OCDE da ALC



📍 Cúpula Ministerial Virtual de Inclusão Social OCDE-LAC, julho de 2020.

Liderando o trabalho da OCDE com a América Latina e o Caribe

OCDE e da América Latina e do Caribe. Várias autoridades brasileiras, incluindo Paulo Guedes, Ministro da Economia; Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania; e Cristiane Rodrigues Britto, vice-ministra de Políticas para Mulheres, participaram das discussões. Como Co-Presidente do LACRP, o Brasil foi representado pelo Embaixador Carlos Cozende, Delegado do Brasil em Organizações Econômicas Internacionais com sede em Paris, na 10ª Reunião do Grupo Diretor, que formalizou um roteiro concreto para o futuro do Programa.

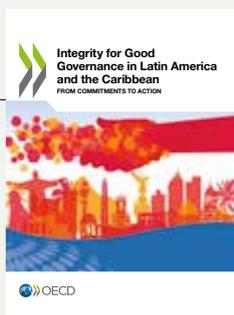
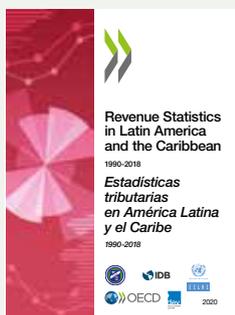
O Brasil participa das principais publicações regionais da OCDE, incluindo o *Perspectivas Econômicas da América Latina (LEO)*, *Impulsionando a Produtividade e o Crescimento Inclusivo na América Latina*, *Moldando a Transformação Digital na América Latina*,

Estatísticas de Receitas na América Latina e Caribe e *Integridade para uma Boa Governança na América Latina e no Caribe*.

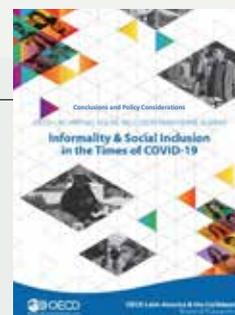
www.oecd.org/latin-america/regionalprogramme

“Gostaria de destacar o papel do Brasil como co-presidente, junto com o México, do LACRP. Graças a essa colaboração, testemunhamos como o Brasil não só se comprometeu com a reforma interna, mas também com a disseminação dos padrões da OCDE em toda a região.”

Sybel Galván Gómez, Embaixadora do México junto à OCDE



ESCANEEI PARA LER O RELATÓRIO



ESCANEEI PARA LER O RELATÓRIO





Apoiando o alinhamento do Brasil com os padrões da OCDE

Os membros da OCDE têm acompanhado ativamente o Brasil em seu caminho para atingir os padrões da OCDE. Particularmente, o Governo do Reino Unido que através de seu Fundo Prosperidade, tem desempenhado um papel importante no apoio à cooperação OCDE-Brasil, não apenas através dos fundos, mas também ajudando na relação com as principais partes interessadas brasileiras e promovendo conversas e debates sobre políticas em áreas importantes como comércio e tributação.

Os primeiros resultados desta cooperação frutífera incluem o relatório *O Papel dos Serviços para o Desempenho Econômico no Brasil*, que fornece uma análise do setor de serviços na economia brasileira; o relatório *Facilitação do Comércio no Brasil: Análise e Opções de Política*, que apresentou a situação atual da facilitação do comércio no Brasil; seminários e workshops com especialistas da Secretaria da OCDE e países membros e autoridades brasileiras sobre os Códigos de Liberalização; e um diálogo aberto com as autoridades brasileiras sobre o sistema tributário do país, que resultou no relatório *Preços de Transferência no Brasil: Rumo à Convergência para o Padrão da OCDE*.

Consolidando essa parceria trilateral de sucesso, na *Reunião do Conselho Ministerial da OCDE 2019*, a OCDE e o Governo do Reino Unido assinaram um Memorando de Entendimento formalizando o apoio do Reino Unido ao desenvolvimento de atividades com foco em aproximar o Brasil dos padrões e melhores práticas da OCDE. Projetos recentes e em andamento financiados pelo Fundo de Prosperidade do Reino Unido incluem *Preços de Transferência, Pequenas e Médias Empresas, Governança de Empresas Estatais, Direitos de Acionistas Minoritários, Meio Ambiente, Produtos Químicos e Gestão de Resíduos*.

“Estamos totalmente comprometidos em continuar implementando as melhores práticas da OCDE no Brasil e em fortalecer a cooperação para uma recuperação global rápida, inclusiva e sustentável.”

Marcelo Barros Gomes, Secretário Especial de Relacionamento Externo – Casa Civil. Coordenador do Comitê Brasileiro da OCDE para adesão



⇒ **Mark Field**, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Reino Unido, **Ernesto Araújo**, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, **Angel Gurría**, Secretário-Geral da OCDE e **Marcelo Guaranyis**, Vice-Ministro da Economia do Brasil, durante assinatura do OECD-UK MOU, maio 2019.



Apoiando o alinhamento do Brasil com os padrões da OCDE

“Desde seu pedido de adesão, o Brasil tem intensificado sua participação na OCDE, em linha com seu status de Parceiro Chave. Estivemos presentes em basicamente todas as reuniões de nível de Comitê, elevamos o status e a substância da participação em diferentes órgãos da OCDE, tornando-nos, por exemplo, um “associado” no Comitê de Política de Concorrência. Agora aderimos a cerca de 40% do “acervo” da OCDE com base em um cuidadoso trabalho de coordenação interna. Está na hora de agir!”

Carlos Márcio Cozendey, Embaixador do Brasil junto a Organizações Econômicas Internacionais em Paris



“O Brasil é um parceiro engajado da OCDE. Nos últimos anos, a presença do Brasil nos comitês cresceu exponencialmente, abrangendo praticamente todas as áreas de atuação. O mesmo se aplica às normas e instrumentos jurídicos que foram incorporados e implementados no sistema jurídico brasileiro. Hoje, o Brasil está ativo no diálogo da região da ALC com a OCDE, co-presidindo o programa regional e se aproximando da organização. Como candidato a membro pleno, o Brasil mostrou que a vontade política é real e ambiciosa. Como Embaixador de Portugal junto à OCDE e Presidente do Grupo de Reflexão Informal do Brasil, saúdo calorosamente esta candidatura e espero o fortalecimento dessas relações que irão beneficiar o Brasil, a própria OCDE e seus Estados Membros.”

Bernardo Lucena, Embaixador de Portugal junto à OCDE, Presidente do Grupo Informal de Reflexão do Brasil



“O Brasil tem sido o parceiro-chave mais ativo desde 2007 e tem demonstrado nas últimas três décadas seu forte compromisso com melhores políticas e padrões políticos mais elevados, tendo aderido até hoje a mais de um terço dos padrões da OCDE com o objetivo de fazer avançar a agenda de reformas do Brasil. Apesar da pandemia da COVID-19, este compromisso permaneceu firme e a troca de experiências para enfrentar esta crise foi utilizada de forma intensiva. Olhando para o futuro, continuamos comprometidos com nossa cooperação e parceria estratégica e cada vez mais estreita com o Brasil.”

Andreas Schaal, Diretor de Relações Globais da OCDE



“Em uma economia mundial em rápida mudança e interconectada, o Comitê de Relações Externas da OCDE (ERC) é um órgão essencial para aproximar a OCDE dos países parceiros. Neste contexto, o princípio orientador das nossas relações com os parceiros externos são os interesses partilhados e o benefício mútuo. O Brasil é sem dúvida um dos países parceiros-chave mais ativos. Embora o progresso em várias áreas de política ainda seja necessário, o Brasil tem demonstrado nos últimos anos um verdadeiro compromisso em alinhar suas políticas domésticas aos padrões globais. Isto é especialmente verdadeiro para a implementação de medidas para adotar políticas favoráveis ao mercado e reformas ambiciosas dos sistemas tributário e de pensões. O ERC, portanto, espera continuar a trabalhar em estreita colaboração com o Brasil e apoiar o país para se recuperar melhor da crise do COVID-19.”

Ambassador Scholl, Embaixador da Áustria junto à OCDE, Presidente do Comitê de Relações Exteriores





CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, EQUILIBRADO É INCLUSIVO

Fortalecendo o crescimento econômico

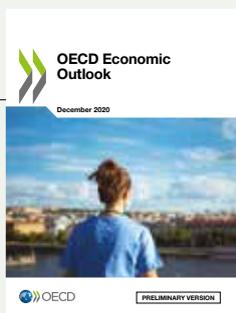
A pandemia COVID-19 causou severo sofrimento humano e desencadeou uma profunda recessão no Brasil. As políticas econômicas reagiram de maneira oportuna e decisiva à crise, apoiando milhões de brasileiros. Mas uma recuperação forte e inclusiva da recessão exigirá melhorias duradouras nas políticas econômicas. A OCDE contribui para esses esforços, fornecendo uma análise completa das políticas macroeconômicas e estruturais do Brasil para orientar o desenvolvimento e implementação das reformas.

O *Relatório Econômico do Brasil de 2020* analisa as opções de políticas para melhorar o bem-estar e o crescimento inclusivo. Ele destaca a importância de reformas estruturais e uma integração mais forte na economia global para aumentar a produtividade e proporcionar melhores oportunidades de renda para todos os brasileiros. Também aponta para a importância de políticas de educação e formação bem elaboradas para acompanhar as mudanças estruturais esperadas na economia. Desde a virada do milênio, o crescimento se tornou mais inclusivo graças a uma melhor educação e a um forte sistema de benefícios sociais, e a pesquisa propõe formas de aumentar a eficácia das transferências sociais para aproveitar esse progresso, preservando a sustentabilidade fiscal. Por fim, o Relatório explora opções de políticas para melhorar a

governança econômica, combater a corrupção e preservar os preciosos ativos naturais do Brasil.

Duas vezes por ano, as *Perspectivas Econômica da OCDE* analisam as principais tendências e forças que moldam as perspectivas econômicas de curto prazo dos membros da OCDE e parceiros selecionados, incluindo o Brasil. A última versão, publicada em dezembro de 2020, discute as perspectivas de crescimento, a resposta da política econômica à pandemia, a necessidade de fortalecer as finanças públicas e as reformas estruturais para impulsionar o crescimento e torná-lo mais inclusivo.

A Caminho do Crescimento (Going for Growth) é o relatório principal da OCDE que destaca os principais desafios de crescimento e desenvolvimentos nas reformas das políticas estruturais. Com base em um amplo conjunto de indicadores comparáveis internacionalmente de políticas estruturais e desempenho, o relatório identifica cinco prioridades para cada país com o objetivo de melhorar a produtividade do trabalho. Também examina os efeitos potenciais das reformas nos objetivos de política que não o crescimento do PIB, em particular no que se refere aos objetivos de crescimento verde, redução da desigualdade, finanças públicas e desequilíbrios macroeconômicos.



ESCANEEI PARA LER O RELATÓRIO





A edição de 2019 recomenda ao Brasil:

- **Aumentar a eficácia dos benefícios sociais.** Mudar o foco das despesas com benefícios sociais pode levar a reduções mais rápidas na desigualdade de renda;
- **Melhorar os resultados e a equidade na educação.** Melhorar os resultados da educação e a igualdade de oportunidades educacionais aceleraria a produtividade;
- **Reduzir as barreiras ao comércio.** As barreiras comerciais prejudicam a competitividade ao impedir o acesso a insumos intermediários e de capital importados e reduzem a concorrência.
- **Reduzir distorções no sistema tributário.** Impostos indiretos menos onerosos e distorcivos contribuiriam para ganhos de produtividade mais rápidos ao reduzir os custos de conformidade tributária.
- **Aumentar o investimento público e privado em infraestrutura.** Abordar lacunas de infraestrutura levaria a um maior crescimento da produtividade e melhoraria a competitividade das exportações.

www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm

www.oecd.org/eco/outlook/brazil-economic-forecast-summary.htm

www.oecd.org/eco/growth/Brazil.pdf

www.latameconomy.org/en



Promovendo o crescimento verde



Os governos em todo o mundo estão se esforçando para reacender o crescimento em suas economias, ao mesmo tempo que reduzem as desigualdades cada vez maiores, especialmente após a pandemia COVID-19. Mas voltar ao modelo de crescimento anterior não é uma alternativa. Existe agora uma janela de oportunidade única para reunir as agendas de clima e de crescimento econômico: fomentar o crescimento e o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, garantir que os ativos naturais continuem a fornecer os recursos e serviços ambientais dos quais nosso bem-estar depende.

A *Estratégia de Crescimento Verde da OCDE* oferece uma oportunidade de repensar o modelo econômico atual e equipar os países, incluindo o Brasil, para alcançar um desenvolvimento mais verde e sustentável. Ele estabeleceu um guia abrangente para incentivar o crescimento verde e medir o progresso nesse sentido.

O *Fórum de Crescimento Verde e Desenvolvimento Sustentável* (Fórum GGSD) é uma iniciativa da OCDE destinada a fornecer um espaço dedicado para o diálogo multidisciplinar sobre crescimento verde e desenvolvimento sustentável. A edição realizada em novembro de 2019 enfocou a importância de uma mudança para uma economia mais circular e de baixo carbono para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12) e na Ação Climática (ODS 13).

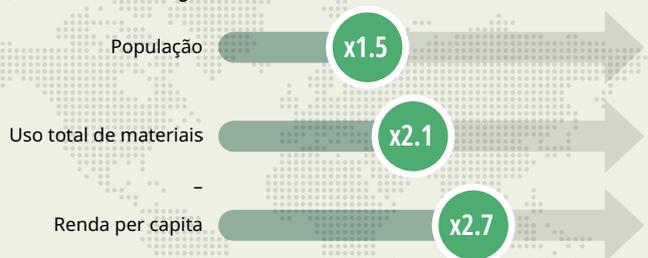
O relatório da OCDE *Ampliando a infraestrutura compatível com o clima: percepções de bancos de desenvolvimento nacionais no Brasil e na África do Sul* fornece recomendações sobre como os Bancos Nacionais de Desenvolvimento podem ajudar a alcançar as metas de clima e desenvolvimento. Ele se baseia em um estudo de caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, que é um ator-chave na transição para caminhos de desenvolvimento de baixa emissão e resilientes ao clima no Brasil.

www.oecd.org/greengrowth

www.oecd.org/development/environment-development

Mudanças globais projetadas, 2011-2060

(*Environment at a glance*)



Até 2060, a economia global deve quadruplicar e o uso de material dobrar.



ESCANEIE PARA
LER O RELATÓRIO



Aumentando a produtividade agrícola e segurança alimentar



Como um dos maiores exportadores mundiais de produtos primários, o Brasil depende de sua agricultura para construir uma economia resiliente e dinâmica. A agricultura e os setores de agro-processamento no Brasil têm mostrado um crescimento impressionante nas últimas duas décadas. Isso tem sido impulsionado por melhorias de produtividade e ajustes estruturais resultantes de reformas econômicas, bem como por novas tecnologias. As políticas governamentais e as iniciativas da indústria estão cada vez mais focadas na sustentabilidade do desenvolvimento agrícola.

A cooperação entre a OCDE e o Brasil em questões relacionadas à agricultura se aprofundou nos últimos vinte anos. O Brasil participa ativamente do *Comitê de Agricultura* e integra uma série de atividades analíticas colaborativas, incluindo:

- Como aderente à *Declaração sobre Melhores Políticas para Alcançar um Sistema Alimentar Global Produtivo, Sustentável e Resiliente*, o Brasil adota políticas que apoiam negócios agrícolas e alimentícios competitivos, sustentáveis, produtivos e resilientes.

- Em 2019, a OCDE produziu um relatório sobre o *Uso de antimicrobianos, resistência e benefícios e custos econômicos para os produtores de gado no Brasil* após a implementação do Plano de Ação Nacional sobre Resistência aos Antimicrobianos na Agricultura.
- *Acompanhamento e Avaliação de Políticas Agrícolas*: um exercício anual de monitoramento e avaliação da OCDE que mede o apoio do governo à agricultura, que agora inclui 53 grandes países produtores.
- *Perspectivas Agrícolas da OCDE-FAO*: uma publicação anual que detalha as projeções sobre as perspectivas de médio prazo de importantes commodities nas principais economias mundiais. A edição de 2019 apresentou uma análise aprofundada das perspectivas e desafios da América Latina.

www.oecd.org/tad/agricultural-policies
www.oecd.org/tad/code



Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2019

OECD-FAO Agricultural Outlook 2020-2029

OECD-FAO Agricultural Outlook 2020-2029

ESCANEE PARA LER O RELATÓRIO

Fazendo o crescimento funcionar para todos



Apoiado por um forte crescimento econômico, o Brasil experimentou tanto um declínio na desigualdade quanto um crescimento na renda familiar desde o início dos anos 2000 até meados dos anos 2010. No entanto, a crise econômica e a crise do COVID-19 pressionaram esse progresso e colocaram em risco as oportunidades de mobilidade social ascendente.

O *Relatório Econômico da América Latina 2020* enfoca o papel da transformação digital em ajudar a navegar por tempos desafiadores, especialmente a pandemia COVID-19. Ele também explora como a transformação digital pode ajudar a lidar com a atual situação socioeconômica, aumentar a produtividade, fortalecer as instituições e alcançar níveis mais elevados de inclusão e bem-estar.

É destacado em *A proteção Social pode ser um Motor para o Crescimento Inclusivo?* que os regimes de previdência social do Brasil têm contribuído para reduzir as desigualdades, com uma redução de 49% na pobreza. Daí a importância de investir na proteção social para fomentar o desenvolvimento.

Em 2020, a OCDE divulgou dados detalhados de gastos sociais para países da América Latina, incluindo o Brasil, em cooperação com a *Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe*. O *Banco de Dados de Despesas*

Sociais da OCDE ajudará o Brasil a identificar melhor as lacunas no apoio às políticas públicas sociais e a comparar seu desempenho com os países da OCDE.

A OCDE analisa as tendências de desigualdade no Brasil e as políticas para enfrentá-las por meio de seu banco de dados de distribuição de renda e vários relatórios. Por exemplo, *Sob Pressão: a Classe Média Espremida* lança luz sobre as pressões enfrentadas pela classe média – mostrando que a parcela dos benefícios sociais recebidos por famílias de baixa e média renda no Brasil é desproporcionalmente baixa, e muito menor do que a OCDE média.

A OCDE também investiga o impacto social dos movimentos migratórios, monitorando os movimentos migratórios internacionais no Brasil, na América Latina e nas Américas em geral por meio da série de publicações *Migração Internacional nas Américas*, publicada em colaboração com a *Organização dos Estados Americanos*.

www.oecd.org/development/

www.oecd.org/dev/

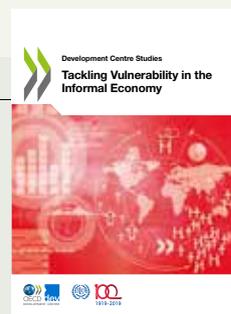
www.oecd.org/social/ministerial/

www.oecd.org/migration/sicremi.htm

www.oecd.org/social/income-distribution-database.htm



ESCANEEI
PARA
LER O RELATÓRIO





Aprimorando a participação nas cadeias globais de valor

O Brasil é uma das maiores economias do mundo, mas o papel que desempenha nos mercados internacionais não reflete seu tamanho econômico. Fazer melhor uso das forças competitivas existentes e consolidar sua integração na economia global proporcionaria oportunidades significativas de crescimento e produtividade.

A produção, o comércio e os investimentos internacionais estão cada vez mais organizados em Cadeias Globais de Valor (CGV), nas quais diferentes estágios dos processos de produção estão localizados em diferentes países. Análise recente da OCDE **Comércio em valor agregado: Brasil** se concentrou em examinar como a estrutura em mudança das redes de produção globais impacta a produtividade e forneceu percepções úteis aos formuladores de políticas brasileiras enquanto trabalham para promover o crescimento da produtividade e a participação do Brasil em CGV.

Desde 2018, o Brasil participa do **Diálogo de Políticas sobre Cadeias Globais de Valor, Transformação da Produção e Desenvolvimento** do Centro de Desenvolvimento da OCDE,

iniciativa que oferece diálogo político e aprendizagem entre pares entre países da OCDE e parceiros da OCDE. Tem como objetivo melhorar as evidências e identificar as diretrizes de políticas para apoiar a transformação da produção dos países e uma melhor integração nos mercados globais.

Em 2019-2020, a OCDE e a Comissão para a América Latina e o Caribe (CEPAL) realizaram o projeto *Desenvolvimento da Cadeia de Valor para uma Integração Mais Profunda do Leste Asiático e América Latina*, que proporcionou um melhor mapeamento da integração do Brasil nos sistemas produtivos regionais e globais.

No próximo relatório da **Revisão da Política de Transformação da Produção de 2020 da República Dominicana**, o Ministério da Agricultura do Brasil compartilhou a experiência do país na busca pela transformação econômica e no aprimoramento da CGV do setor agroalimentar.

<http://oe.cd/gvc>

<http://oe.cd/tiva>



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO





O BOM FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS



Estimulando o comércio

O desempenho do Brasil em garantir transparência, previsibilidade e devido processo na facilitação do comércio supera a maioria dos outros países da América Latina, Caribe e de renda média alta. No entanto, apesar das melhorias recentes, o país ocupa apenas a 21ª posição em termos de exportações. Uma maior abertura ao comércio global apoiará o crescimento contínuo e o desenvolvimento econômico do Brasil, uma vez que não só traz produtos de alta qualidade e reduz os preços para os consumidores, mas também ajuda na difusão de tecnologia e melhores práticas.

A OCDE e o Brasil têm colaborado por muitos anos em uma ampla gama de questões relacionadas ao comércio, em particular no que diz respeito às cadeias globais de valor, facilitação do comércio, comércio de serviços e o desenvolvimento de dados estatísticos necessários para apoiar a análise desses tópicos.

O relatório conjunto da OCDE e OMC **Ajuda ao Comércio 2019** analisa como no Brasil, entre outros países, o comércio contribui para a diversificação econômica e o empoderamento ao mesmo tempo que se concentra na eliminação da pobreza extrema, particularmente por meio da participação efetiva de mulheres e jovens.

O **Índice de Restrição de Serviços da OCDE 2020** é uma ferramenta exclusiva que fornece informações atualizadas sobre as mudanças regulatórias que afetam o comércio de serviços em 46 países em 22 setores, incluindo o Brasil.

Na **Revisão da Abertura do Comércio Digital da OCDE 2020 do Brasil**, é mapeada a participação do país no comércio digital e o ambiente em que essa participação se desenvolve. Como a maioria dos países da OCDE, o Brasil tem tomado medidas em direção ao governo digital para garantir que as políticas e serviços públicos sejam mais inclusivos, convenientes e projetados para atender às necessidades dos cidadãos.

Em apoio à atual agenda de liberalização comercial do Brasil, a OCDE está atualmente preparando uma **Revisão das Políticas de Adaptação do Comércio** para discutir e preparar melhor o país para lidar com o impacto da liberalização comercial sobre setores menos competitivos e seus trabalhadores. A ser lançada em 2021, a revisão terá como base a literatura mais recente sobre a experiência com programas de proteção e assistência social que visam acompanhar o ajuste comercial dos trabalhadores.

www.oecd.org/site/tad/
www.oecd.org/trade/topics/services-trade/documents/oecd-stri-country-note-brazil.pdf

WORLD TRADE ORGANIZATION OECD
AIDFORTRADE
 AT A GLANCE 2019
 ECONOMIC DIVERSIFICATION
 AND EMPOWERMENT

OECD Services Trade
 Restrictiveness Index
 Policy trends up to 2020
 January 2020

ESCANEIE
 PARA LER O
 RELATÓRIO

Revigorando o investimento internacional



O Brasil é o maior receptor de Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e o quinto maior receptor mundial. No entanto, sua taxa de investimento tem sido tradicionalmente baixa, tanto em um contexto de mercado emergente quanto em comparação com outros países da região. Fortes investimentos estrangeiros no setor privado serão decisivos para a recuperação econômica do Brasil pós-COVID.

O Brasil aderiu à *Declaração da OCDE sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais* desde 1997. Esse compromisso político proporciona um ambiente aberto e transparente para o investimento internacional e incentiva a contribuição positiva das empresas multinacionais para o progresso econômico e social.

Como um elemento da Declaração, as *Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais* são o conjunto mais abrangente de recomendações apoiadas pelo governo sobre conduta empresarial responsável que existe atualmente. Os governos que aderem às Diretrizes buscam encorajar e maximizar o impacto positivo que as empresas multinacionais podem ter para o desenvolvimento sustentável e o progresso social duradouro.

Desde 2017, o Brasil passa pelo processo de adesão aos *Códigos de Liberalização dos Movimentos de Capitais e das Operações Invisíveis Atuais da OCDE*. A adesão ao Código aumentará a transparência do regime de conta de capital do Brasil, proporcionará uma consolidação importante para seus esforços de reforma e melhorará o clima de investimento do Brasil.

O Brasil também participa do trabalho da OCDE na promoção de investimentos, o que permite ao governo comparar e avaliar sua agência APEX Brasil com outras agências na região da ALC e da OCDE. Ele fornece uma plataforma de diálogo que permite aos participantes se beneficiarem das melhores práticas internacionais para melhorar a eficiência de seus esforços de atração de investimentos. Também apoia as decisões do Brasil sobre a estrutura e as atividades futuras de sua agência de promoção de investimentos durante um período em que o Brasil trabalha para restaurar a confiança dos investidores e atrair mais investimentos.

www.oecd.org/investment

✎ **Ludger Schuknecht**, Secretário-Geral Adjunto da OCDE, na sessão de abertura do Fórum de Investimento Brasil 2019, em São Paulo, Brasil.





Promovendo concorrência saudável

Como uma das principais autoridades de concorrência na América Latina, o Brasil contribui substancialmente para o conhecimento da OCDE sobre concorrência e o desenvolvimento e revisão de padrões e diretrizes.

A OCDE desempenha um papel único no campo da competição, devido aos seus padrões e diretrizes internacionalmente reconhecidos, experiência técnica de longa data e mesas redondas sobre concorrência, que ajudam a promover o diálogo sobre questões-chave e emergentes. O poder de convocação da OCDE, seja por meio de seu *Fórum Global sobre Concorrência* ou do *Fórum de Concorrência da América Latina e do Caribe OCDE-BID (LACCF)*, promove a aprendizagem entre pares, a cooperação internacional entre autoridades de concorrência e facilita a divulgação dos padrões da OCDE e melhores práticas.

Nas *Revisões por Pares da Lei e Política de Concorrência: Brasil 2019*, o Brasil passou por uma revisão de suas leis e políticas de concorrência. O relatório discute sobre até que ponto as leis, instituições, políticas e práticas de fiscalização no Brasil estão de acordo com os instrumentos de política de concorrência da OCDE.



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO



Em 2019, a autoridade de concorrência do Brasil, o *Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)*, assinou um acordo com a OCDE para uma *Revisão do Marco Civil Brasileiro de Compras Públicas*. A OCDE fornecerá recomendações para prevenir e detectar fraude em licitações.

A OCDE está atualmente preparando um *relatório Combatendo a manipulação de licitações nas aquisições de obras públicas no Brasil*, que avaliará as regras e práticas de compras públicas brasileiras e fará recomendações para melhorar a concorrência.

De 28 a 29 de setembro de 2020, ocorreu virtualmente o 18º *Fórum de Concorrência da OCDE da América Latina e do Caribe (LACCF)*, que reuniu funcionários de alto nível da concorrência e se concentrou na coleta de evidências digitais em investigações de cartéis e legislação e política de concorrência.

www.oecd.org/competition

www.oecd.org/competition/latinamerica

www.oecd.org/daf/competition/brazil-competition.htm



Fortalecendo a educação financeira



A educação financeira tornou-se um complemento importante para a conduta do mercado e regulamentação prudencial na melhoria do comportamento financeiro individual. O governo brasileiro tem se empenhado em informar a classe média em ascensão sobre como poupar e investir com sabedoria, ao mesmo tempo em que ajuda as famílias mais pobres a compreender e usar os serviços financeiros básicos.

Em 2010, com o apoio da OCDE, o Brasil adotou a *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)*, que visa promover a educação financeira e a seguridade social; aumentar a capacidade dos cidadãos de fazer escolhas conscientes sobre a administração de recursos; e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros.

O Brasil usa metodologias de coleta de dados desenvolvidas pela *Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE (OCDE / INFE)* e participou da opção de Alfabetização Financeira 2015 e 2018 do *Programa de Avaliação Internacional de Estudantes da OCDE (PISA)* e da *Pesquisa Internacional OCDE / INFE de Competências de Educação Financeira de Adultos*.

Em 2016, a OCDE e a *Comissão de Valores Mobiliários (CVM)* estabeleceram o *Centro OCDE/CVM de Educação Financeira e Alfabetização na América Latina e no Caribe*. Com sede no Rio de Janeiro, o Centro serve como uma plataforma para monitorar e melhorar a educação financeira na região por meio de pesquisas e análises, e para fortalecer a cooperação com os governos da região e autoridades financeiras na concepção e implementação de políticas de educação e inclusão financeira.

A *Rede Regional OCDE/INFE LAC* se reúne uma vez por ano, à margem da reunião anual do Centro OCDE/CVM. Atualmente, 39 autoridades públicas (bancos centrais, autoridades do mercado financeiro, ministérios das finanças, política social e educação) de 19 países da ALC são membros da rede regional.

O MoU que estabelece o Centro foi renovado em 2019, com inovação financeira e financiamento sustentável adicionado às áreas de cooperação.

www.oecd.org/finance/financial-education



📍 Masamichi Kono, secretário-geral adjunto da OCDE, e Marcelo Barbosa, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na OCDE, janeiro de 2020.



Reforçando a proteção ao consumidor

A Internet está oferecendo aos consumidores no Brasil a oportunidade de adquirir uma gama cada vez maior de produtos a preços competitivos. No entanto, a complexidade do ambiente e o surgimento contínuo de novos modelos de negócios também podem colocar seus interesses em risco. Proteger os consumidores digitais está se tornando uma questão fundamental no Brasil, principalmente durante o período de quarentena do COVID-19.

Para alcançar a proteção eficaz do consumidor no comércio eletrônico e enfrentar os principais desafios e riscos, a OCDE revisou sua **Recomendação sobre a proteção do consumidor no comércio eletrônico**, que busca apoiar o potencial dinâmico e inovador do comércio eletrônico ao mesmo tempo em que aborda importantes preocupações dos consumidores. Em agosto de 2018, o Brasil aderiu à Recomendação e desde então tem demonstrado interesse em aderir a outras Recomendações da OCDE relacionadas à proteção do consumidor.

O relatório **Revisão da Transformação Digital da OCDE: Going Digital no Brasil** inclui recomendações de políticas sobre maneiras de aprimorar a estrutura de política do consumidor

do país e abordar adequadamente as questões de proteção ao consumidor decorrentes da transformação digital.

O Brasil participa das iniciativas de cooperação de medição e fiscalização transfronteiriça, notadamente por meio da **Recomendação da OCDE sobre Tomada de Decisão em Política do Consumidor**.

Recentemente, o Brasil participou das *Campanhas de Conscientização Global da OCDE sobre Segurança de Produtos Vendidos Online* (2018) e *Recalls de Produtos* (2019), e auxiliou na tradução dos materiais da campanha da OCDE para o português.

www.oecd.org/sti/consumer/

www.oecd.org/going-digital/topics/digital-consumers/



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO



A low-angle photograph of several modern skyscrapers with glass facades against a clear blue sky. A Brazilian flag is flying in the foreground, partially obscuring the buildings. The text 'GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA' is overlaid in large, white, bold, sans-serif capital letters at the bottom of the image.

GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA



Fortalecendo a governança corporativa e de empresas estatais

A governança corporativa está atraindo cada vez mais atenção na América Latina como meio de fortalecer o desempenho corporativo e aumentar a confiança dos investidores na integridade das empresas, tanto no setor público quanto no privado. O Brasil tem desempenhado um papel de liderança no trabalho da OCDE nessa área.

Para fortalecer a aplicação dos direitos dos acionistas, melhorar a governança corporativa das empresas estatais (SOEs) e se alinhar às boas práticas internacionais de privatização, o Brasil tem participado ativamente da *Mesa Redonda Latino-Americana de Governança Corporativa da OCDE e da Rede Latino-Americana sobre Governança Corporativa das Empresas Estatais*.

Em dezembro de 2019, a OCDE publicou o **Desenvolvimento do Mercado de Ações na América Latina**, no qual são propostas recomendações destinadas a fortalecer o desenvolvimento do mercado de ações do Brasil.

Atualmente, como resultado da adoção da “Lei das estatais” (Lei 13.303/16) e do atual impulso para a privatização, as seguintes iniciativas da OCDE estão sendo implementadas junto ao Brasil:

- *Projeto sobre direitos de acionistas minoritários* – apoia o desenvolvimento de reformas legais e regulatórias para ajudar a fortalecer a confiança dos investidores no mercado de capitais brasileiro.
- *Projeto sobre estatais de nível federal* – visa fortalecer a profissionalização dos proprietários estatais e conselhos de administração das estatais, para nivelar a concorrência entre estatais e empresas privadas e melhorar a transparência.

- *Pesquisas comparativas e workshops* – promovidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Ministério da Economia, estimulam o desenvolvimento de reformas jurídicas para oferecer aos acionistas mais recursos em caso de violação de seus direitos.
- A avaliação do Brasil em relação às ***Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais*** tem como objetivo criar atividades de capacitação com estatais e funcionários estatais responsáveis por supervisioná-las.

www.oecd.org/corporate

www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceinlatinamerica.htm

Private Enforcement of Shareholder Rights
A comparison of selected jurisdictions and policy alternatives for Brazil

Equity Market Development in Latin America
Enhancing Access to Corporate Finance

OECD

OECD

ESCANEE PARA LER O RELATÓRIO

Melhorando o ambiente de negócios



As regulamentações são ferramentas essenciais para os governos promoverem o crescimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental. Ao estabelecerem as “regras do jogo”, estimulam a atividade econômica e favorecem o bom funcionamento dos mercados. Embora o Brasil tenha implementado algumas ferramentas de qualidade regulatória, o país poderia se beneficiar ainda mais com a adoção de uma abordagem mais sistemática para a política regulatória.

O Brasil participa dos *Indicadores de Política Regulatória e Governança para a América Latina da OCDE*, que mostram que o governo brasileiro fez da consulta pública e da avaliação *ex ante* do impacto da regulação parte integrante de seu processo de regulamentação. O uso dessas ferramentas é fundamental para fortalecer a transparência no processo de elaboração de regras e promover um ambiente regulatório mais favorável aos negócios.

O Brasil foi um dos países participantes nos *Indicadores de Política Regulatória e Governança para a América Latina (iREG) 2019*, que refletem a situação em três tópicos de política regulatória: Avaliação de Impacto Regulatório (RIA), engajamento de partes interessadas e avaliação *ex post* e simplificação administrativa. Esse exercício mostrou que o Brasil se beneficiaria com a adoção de uma abordagem de todo o governo para a política regulatória, a fim de promover um ambiente de negócios forte, maior competitividade e melhores relações com seus stakeholders.

Aderente às *Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais*, principal instrumento internacional de Conduta Empresarial Responsável (CER), o Brasil é um dos nove países latino-americanos que participam do projeto de CER na América Latina (2019-2022).

Com conclusão prevista para 2022, a OCDE está conduzindo uma *Revisão da Política de Conduta Empresarial Responsável do Brasil* e fornece recomendações para fortalecer sua estrutura normativa e política.

www.oecd.org/gov/regulatory-policy

<http://mneguidelines.oecd.org/rbclac.htm>

www.oecd.org/gov/regulatory-policy/ireg-lac.htm

GUÍA DA OCDE DE DEVIDA DILIGÊNCIA PARA UMA CONDUITA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL

OCDE

REGULATORY POLICY
LATIN AMERICA
AND THE CARIBBEAN

OCDE

ESCANEE PARA LER O RELATÓRIO

Combatendo a corrupção transnacional



A Convenção Anticorrupção da OCDE é a pedra angular dos esforços da OCDE para combater a corrupção internacional. É o primeiro e único instrumento global para combater o lado da oferta da corrupção em negócios internacionais. Como Parte da Convenção, o Brasil se comprometeu a combater o suborno nos negócios internacionais e a dar o exemplo na região da América Latina.

Hoje, subornar um funcionário público estrangeiro é crime em todos os 44 países que fazem parte da *Convenção Anticorrupção da OCDE*, incluindo o Brasil. Nos últimos anos, o Brasil fez alterações em sua legislação anticorrupção a fim de cumprir suas obrigações nos termos da Convenção e foi reconhecido pelo Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE (WGB) por seus significativos esforços de fiscalização anticorrupção. A avaliação da implementação da Fase 4 do Brasil da Convenção Anticorrupção está programada para ocorrer em dezembro de 2022.

O Brasil também é membro da *Iniciativa Anticorrupção da OCDE para a América Latina e Caribe*, que oferece uma plataforma para

países da região compararem experiências, compartilharem as melhores práticas e discutirem os desafios na luta contra o suborno estrangeiro. Da mesma forma, em contrapartida, as experiências desses países latino-americanos enriquecem o debate sobre políticas anticorrupção na OCDE.

Estruturas jurídicas sólidas e aplicação eficaz podem ajudar a mudar a percepção da corrupção no Brasil e na região da América Latina como um todo. Nos últimos anos, algumas conquistas importantes nesta área incluíram a promulgação de uma nova lei de responsabilidade corporativa, que representou a primeira lei anticorrupção a responsabilizar as empresas pelas ações corruptas de seus funcionários, e a conclusão do primeiro caso de suborno estrangeiro no Brasil.

www.oecd.org/corruption

www.oecd.org/corruption/anti-bribery/brazil-oecdanti-briberyconvention.htm



📍 **Rodrigo Maia**, Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, e **Angel Gurría**, Secretário-Geral da OCDE, na OCDE, fevereiro de 2020.

Alinhando com os padrões fiscais internacionais

Em um mundo cada vez mais interconectado, a legislação tributária nacional não acompanhou o crescimento das corporações globais, do capital fluido e da economia digital. Assim, deixando lacunas que podem ser exploradas para erodir a base tributável e transferir os lucros para ambientes de baixa tributação. O Brasil, no âmbito do G20 e da OCDE, tem trabalhado arduamente para enfrentar essa questão crítica.

O Brasil está ativamente envolvido no trabalho da OCDE sobre questões tributárias, em particular na área de transparência tributária e no projeto G20/OCDE Erosão de Base e Transferência de Lucros (BEPS). É membro do *Inclusive Framework on BEPS*, que reúne mais de 135 países e jurisdições para colaborar em estratégias de combate à evasão fiscal. Atualmente, eles estão trabalhando em uma solução baseada em consenso para enfrentar os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia.

O Brasil está envolvido no *Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Tributários* e tem feito avanços significativos na implementação da transparência tributária. De fato, após a ratificação da *Convenção multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Tributária*, o Brasil lançou a Troca Automática de Informações (AEOI) sobre contas financeiras e endossou em novembro de 2019 a *Declaração de Punta del Este*.³

O Brasil participa da *Iniciativa Fiscal OCDE-América Latina e Caribe*, que visa aprimorar as políticas tributárias e de gastos públicos por meio de uma ferramenta de alta qualidade para a análise comparativa da política tributária ao longo do tempo e entre países. Além disso, participa do *Fórum Global sobre IVA*, que visa substituir os regimes de impostos indiretos por um sistema de imposto de valor agregado de acordo com os padrões da OCDE.





Recentemente, a OCDE e o Brasil colaboraram estreitamente nos seguintes projetos:

- **Preços de Transferência no Brasil Convergência para o Padrão OCDE** – Este relatório é resultado de um projeto conjunto sobre preços de transferência entre OCDE e Receita Federal do Brasil (RFB). Ele contém as conclusões da análise da estrutura de preços de transferência no Brasil em comparação com as diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e Administrações Tributárias. O projeto identificou uma série de questões resultantes das lacunas e divergências entre as abordagens do Brasil e da OCDE para preços de transferência que minam a capacidade do Brasil de garantir a base tributária adequada e evitar a dupla tributação.
- **Tornando a Resolução de Disputas mais Eficaz – Relatório de Avaliação pelos Pares do MAP, Brasil (Etapa 1)** – De acordo com o *Modelo de Convenção Tributária da OCDE*, este relatório reflete os resultados da avaliação de implementação do Padrão Mínimo da Ação 14 feita pelos pares. A fase 1 avaliou o Brasil em relação ao cronograma acordado nos termos de referência. Isso será seguido por uma etapa 2, que irá monitorar o acompanhamento das recomendações feitas anteriormente.

www.oecd.org/tax/beps

www.oecd.org/tax/transparency/automatic-exchange-of-information

www.eoi-tax.org/jurisdictions/BR#default



“O relatório descreve a direção de nossos próximos esforços, que é o alinhamento total com o padrão de preços de transferência da OCDE”

José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil



“O alinhamento das regras de preços de transferência do Brasil com o padrão da OCDE reduzirá as barreiras ao investimento decorrentes do risco existente de dupla tributação.”

Grace Perez-Navarro, Vice-Diretora do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE



ESCANEEI
PARA LER O
RELATÓRIO

Fortalecendo a transparência e eficiência orçamentária e do gasto público



Para aumentar a eficácia orçamentária e da despesa pública, os auditores internos e externos são cruciais no quadro institucional do governo. Eles são responsáveis por examinar as contas públicas e garantir que os funcionários públicos ajam com integridade e sejam responsabilizados pelo mau uso de recursos públicos. Com base na forte colaboração com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU), a OCDE continua a se envolver com os principais atores da responsabilidade no Brasil.

Junto com a OCDE, o Brasil está fortalecendo as funções de controle dos auditores internos e externos com foco em quatro pilares:

- maior coerência entre políticas;
- orçamento estratégico e sustentável;
- controle interno e gestão de riscos;
- monitoramento e avaliação de todo o governo.

Em 2018, a OCDE iniciou um projeto conjunto de dois anos em colaboração com o Tribunal de Contas da União (TCU), bem como com as instituições de auditoria estaduais e municipais do Brasil, para apoiar o Sistema Nacional de Auditoria. O projeto inova na seleção de auditoria coordenada e baseada em evidências em um contexto de governança multinível. Especificamente, o projeto envolve o desenvolvimento de ferramentas e metodologias para apoiar a auditoria estratégica baseada em riscos em setores específicos da política governamental, incluindo recomendações para melhor uso de indicadores. Esta experiência é de grande interesse para as Entidades Fiscalizadoras Superiores nos países da OCDE e parceiros que lutam com o desafio de auditar a aplicação descentralizada de políticas e a coerência das políticas em um sistema descentralizado de auditoria externa.

Em 2020, foi lançado com a Controladoria Geral da União (CGU) um projeto de dois anos com o objetivo de aprimorar as políticas e práticas de promoção da integridade e avaliação dos riscos de corrupção e integridade. No mesmo projeto, a

OCDE apoia a CGU na consolidação das Unidades de Gestão da Integridade das entidades do Governo Executivo Federal e trabalha em conjunto com a CGU para aplicar conhecimentos das ciências comportamentais às políticas de integridade selecionadas. Isso permitirá o aprimoramento das metodologias e ferramentas da CGU para identificar riscos de corrupção e fraude, incluindo condutas éticas e comportamentais.

Juntos, os projetos contribuem para promover uma cultura de responsabilidade e integridade na administração pública e para fortalecer ainda mais o ambiente de controle interno do Brasil e a gestão de riscos de integridade, com vistas a salvaguardar os recursos e despesas públicas.

www.oecd.org/gov/budgeting

www.oecd.org/gov/ethics



Promovendo a transformação digital no setor público



Em um mundo cada vez mais digitalizado, o desafio é melhorar o bem-estar e a sustentabilidade de um país, mantendo-o competitivo. Nas últimas décadas, o governo brasileiro tem adotado progressivamente as tecnologias digitais para aprimorar o seu setor público, com importantes ganhos em termos de eficiência, agilidade e capacidade de resposta para os cidadãos e empresas.

O Brasil participa dos trabalhos da OCDE sobre políticas de dados governamentais abertos, pois o país deseja promover o uso estratégico e o compartilhamento de dados para melhorar a produtividade do setor público, bem como apoiar a integridade do setor público e combater a corrupção, em colaboração com organizações da sociedade civil, jornalistas e academia.

O Brasil intensificou profundamente sua cooperação governamental digital com a OCDE nos últimos anos. O país é um participante ativo do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários do Governo Digital da OCDE e contribui para a Reunião do Grupo de Especialistas da OCDE sobre Dados de Governo Aberto. A riqueza da experiência brasileira em governo digital e sua posição como um parceiro-chave na ALC é amplamente reconhecida pelos países membros da OCDE.

Para fortalecer seu caminho em direção à transformação digital, o governo brasileiro trabalhou com a OCDE para avaliar os pontos fortes e as áreas de melhoria em suas políticas e iniciativas atuais. **A Revisão do Governo Digital da OCDE do Brasil**, lançada em novembro de 2018, faz um balanço dos esforços e compromissos políticos em andamento e fornece recomendações orientadas para a ação para apoiar o governo a melhorar a mudança digital em curso no setor público.

O Brasil é membro do *Observatório de Inovação do Setor Público da OCDE (OPSI)*, que coleta e analisa experiências de inovação do setor público para fornecer conselhos práticos aos países interessados. Em 2019, a OCDE lançou **O Sistema de Inovação**

do Serviço Público do Brasil, que explora a jornada passada, presente e possível do futuro do sistema de inovação, incluindo a tecnologia, do serviço público brasileiro.

À medida que o Brasil continua sua transformação em direção a um estado digitalizado, uma cultura de design e entrega de serviços capaz de mobilizar diferentes setores e níveis de governo, junto com o setor privado e cívico, é cada vez mais necessária para políticas e iniciativas mais abertas, inovadoras e inclusivas. A OCDE continuará a envolver e apoiar o Governo do Brasil no desenvolvimento de abordagens baseadas em dados e cidadãos que podem levar o setor público do país a níveis avançados de maturidade digital.

www.oecd.org/gov/digital-government

www.oecd.org/governance/observatory-public-sector-innovation/home



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO



EMPREGO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Criando empregos



Melhorar a qualidade dos empregos em um contexto de informalidade generalizada, que foi ampliado pela crise do COVID-19, continua sendo um grande desafio para o mercado de trabalho brasileiro. O Brasil, assim como a maioria dos países da OCDE, também pode fazer mais para promover a inclusão do mercado de trabalho e garantir que os jovens que entram no mercado de trabalho estejam equipados com as habilidades de que precisam.

A nova **Estratégia de Emprego da OCDE**, lançada em 2018, apresenta uma estrutura coerente e um conjunto abrangente de recomendações políticas para promover bons empregos para todos em um mundo de trabalho em mudança. O relatório **Estratégia de Emprego da OCDE** apresenta um capítulo sobre como o Brasil e outras economias emergentes podem enfrentar o duplo desafio da baixa produtividade e da inclusão num contexto de informalidade generalizada.



ESCANEE PARA
LER O RELATÓRIO

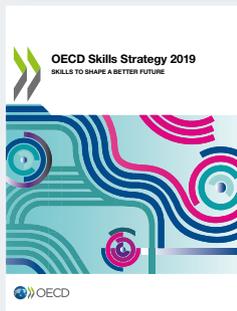


O *Painel de Estratégia de Emprego da OCDE* fornece dados transnacionais sobre a quantidade, qualidade, inclusão e adaptabilidade dos mercados de trabalho nos países da OCDE e em outras economias emergentes. No Brasil, e apesar da melhoria significativa, ainda há uma margem substancial para progresso na quantidade e na inclusividade de empregos. Portanto, o país precisa promover simultaneamente a formalidade e alcançar os mais vulneráveis, fornecendo-lhes as habilidades necessárias para o sucesso no mercado de trabalho e protegendo-os contra as dificuldades financeiras. Infelizmente, o foco atual na proteção de empregos formais através de regulamentos rígidos do mercado de produtos e regras rigorosas de proteção ao emprego está se mostrando contraproducente.

No relatório da OCDE **Tackling Vulnerability in the Informal Economy**, 39 países, incluindo o Brasil, foram estudados. O relatório demonstra como os trabalhadores empregados informalmente contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país, embora ainda não estejam bem protegidos por regulamentos. O relatório também sugere novas formas de melhorar a vida dos trabalhadores na economia informal com base nos Indicadores de Informalidade da OIT e nos novos *Indicadores Chave de Informalidade da OCDE baseados nos Indivíduos e seu Agregado Familiar* (KIIBIH).

www.oecd.org/employment/outlook/

www.oecd.org/employment/jobs-strategy/country/



OECD

ESCANEE PARA
LER O RELATÓRIO



OECD





Apoiando o desenvolvimento das PMEs e fortalecendo as habilidades locais

As pequenas e médias empresas (PMEs) são fundamentais para a recuperação pós-COVID, o crescimento econômico e a inclusão social. No Brasil, elas representam 98,5% de todas as empresas legalmente constituídas (11,5 milhões) e respondem por cerca de 62% do emprego total. Entretanto, a contribuição das pequenas empresas para a economia em geral permanece menos proeminente em comparação com os países de renda média alta.

Com o apoio do Ministério da Economia do Brasil, a 2020 **OECD Review of SME and Entrepreneurship Policy of Brazil** oferece recomendações políticas para impulsionar as políticas das PMEs e do empreendedorismo no país. Descubra que as diferenças de produtividade do trabalho entre as PMEs e as grandes empresas são mais amplas no Brasil do que a média da OCDE. Além disso, o relatório oferece orientações para abordar os desafios específicos do Brasil, como os regimes fiscais preferenciais para micro e pequenas empresas, que desempenham um papel importante no Brasil.

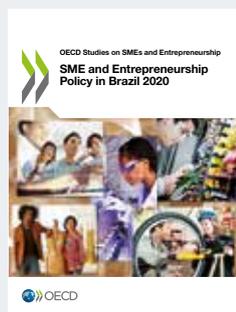
Lançado em maio de 2020 durante a pandemia da COVID-19, o relatório se torna ainda mais importante, pois as PMEs são fortemente impactadas pela crise. O relatório foi apresentado e discutido em uma reunião virtual de alto nível liderada pelo Ministro-Chefe de Gabinete da Presidência (Casa Civil), Braga

Netto, em 15 de maio. Parte de uma série de diálogos setoriais Brasil-OCDE sobre a COVID-19 para discutir o impacto da crise pandêmica e as melhores respostas políticas para enfrentá-la, a reunião também contou com a participação de Carlos da Costa, Vice-Ministro da Produtividade, Emprego e Concorrência, e do Secretário Geral da OCDE, Angel Gurría.

O **Financiando PMEs e Empresários 2019** destaca como o acesso suficiente e acessível a diferentes fontes de financiamento é crucial para permitir que as PMEs e os empresários atinjam seu potencial máximo. A oitava edição deste relatório fornece dados de 46 países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, sobre financiamento da dívida, instrumentos financeiros alternativos e condições de financiamento, assim como informações sobre iniciativas políticas para melhorar seu acesso ao financiamento.

A **OECD SME and Entrepreneurship Outlook 2019** apresenta as últimas tendências de desempenho das pequenas e médias empresas da OCDE e dos países parceiros, incluindo o Brasil, e explora as implicações da digitalização e da globalização para as condições de mercado e o acesso das PMEs a recursos estratégicos, tais como finanças, habilidades e tecnologia.

www.oecd.org/cfe/smes/



ESCANEEI PARA
LER O RELATÓRIO



Fortalecendo o sistema de saúde



Um sistema de saúde forte é fundamental para garantir o bem-estar da população e promover o crescimento sustentável. Isto ficou claro em 2020 com o surto da pandemia da COVID-19. Embora as melhorias do Brasil na expansão da cobertura de acesso a todos, através do Sistema Único de Saúde, tenha sido fundamental para salvar a vida de milhares de cidadãos, outras medidas são necessárias para aumentar o acesso a cuidados de alta qualidade.

Apesar de muitas conquistas desde sua criação no início dos anos 90, o sistema nacional de saúde do Brasil – SUS – enfrenta desafios significativos contínuos em sustentabilidade e financiamento, demanda crescente devido ao envelhecimento da população e crescente exposição a fatores de risco, que foram todos agravados em 2020 pelo impacto repentino e amplo da pandemia COVID-19. O Ministério da Saúde está atualmente trabalhando com a OCDE na preparação das seguintes revisões:

- A **Revisão do Sistema de Saúde da OCDE do Brasil** é uma avaliação estratégica do desempenho do sistema de saúde, fazendo comparações, conforme apropriado, entre o sistema de saúde brasileiro e os sistemas de saúde dos países membros da OCDE, com foco nas políticas de saúde pública, eficiência e sustentabilidade, e nos sistemas de informação de saúde;
- A **Revisão da OCDE dos Cuidados Primários de Saúde no Brasil** avalia o papel da atenção primária à saúde como uma alavanca fundamental para fornecer uma cobertura universal de serviços de alta qualidade e garantir a sustentabilidade do sistema de saúde.

A OCDE publica dados sobre o desempenho dos sistemas de saúde no Brasil em seu banco de dados online de Estatísticas de Saúde, e na série **Health at a Glance**. Através destes,



Fortalecendo o sistema de saúde

os formuladores de políticas brasileiras obtêm métricas comparáveis de todos os países da OCDE e de muitos países do G20, que ajudam a melhorar a estrutura de saúde do país.

Em 2019, a OCDE emitiu o documento de trabalho **Características dos sistemas de saúde: uma pesquisa de 21 países da América Latina e Caribe**, preparada em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que fornece uma análise comparativa dos sistemas de saúde no Brasil e em 21 países da América Latina.

Em **The Heavy Burden of Obesity**, a OCDE analisou as consequências da obesidade e do excesso de peso em 52 países, incluindo a OCDE, a União Européia e os países do G20. Ela demonstrou como esta epidemia reduz a expectativa de vida, aumenta os custos de saúde, diminui a produtividade dos trabalhadores e diminui o PIB, e enfatizou a importância de um urgente aumento das políticas públicas para enfrentá-la.

Em 2020, a OCDE publicará o primeiro **Health at a Glance: América Latina e Caribe** com o Banco Mundial. Isso fornecerá métricas comparáveis sobre o desempenho dos sistemas de saúde. Anteriormente, o Brasil apareceu em **Health at a Glance 2019**, que comparou indicadores-chave para a saúde da população e o desempenho do sistema de saúde em membros da OCDE e países parceiros.

Recentemente, o Brasil manifestou grande interesse em participar da iniciativa PaRIS (*Patient-Reported Indicator Surveys*), que coleta dados sobre os resultados de saúde dos pacientes e como eles experimentam os cuidados para tornar os sistemas de saúde mais centrados nas pessoas.

www.oecd.org/health/
www.oecd.org/health/paris.htm



ESCANEEI PARA
LER O RELATÓRIO





Educando e capacitando as novas gerações com as competências certas

A implementação de políticas eficazes exige dados e informações que sejam abrangentes e adaptadas às necessidades de um país e internacionalmente comparáveis. Com sua participação no trabalho da OCDE sobre educação e competências, o Brasil tornou-se parte de uma comunidade global que compartilha experiências e faz um intercâmbio de melhores práticas no desenvolvimento de políticas de educação e de formação.

A OCDE trabalha em estreita colaboração com o Brasil para melhorar o sistema de educação, treinamento e habilidades do país para ajudar a impulsionar o crescimento econômico inclusivo. Através de suas pesquisas internacionais de educação e base de conhecimento, a OCDE está bem posicionada para fornecer ao Brasil evidências confiáveis e comparáveis para informar as decisões de política educacional. Como as mudanças tecnológicas, a globalização e o envelhecimento da população transformam o mundo do trabalho, o Brasil enfrenta mudanças profundas em sua economia. Garantir que sua população esteja equipada com habilidades relevantes será fundamental para que o Brasil aproveite as oportunidades do futuro do trabalho.

O Brasil está fortemente engajado no **Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA)** desde sua criação em 2000 e é o primeiro país parceiro da OCDE a obter o status de Associado no Conselho de Administração do PISA. O PISA é uma pesquisa internacional trienal, que visa avaliar sistemas educacionais em todo o mundo, testando as habilidades e conhecimentos de estudantes de 15 anos.

O Brasil contribuiu para a conceptualização do **PISA para o Desenvolvimento**, uma iniciativa que aumenta a relevância do PISA para uma gama mais ampla de países. Como parceiro de aprendizagem entre pares de Honduras, o Brasil tem fornecido insights a partir de sua própria experiência.

Desde que o teste de campo inicial foi concluído em 2018, mais de 500 escolas em todo o Brasil administraram o Teste para Escolas baseado no PISA, uma ferramenta de avaliação de alunos utilizada para apoiar a pesquisa, benchmarking e melhoria das escolas.

O Brasil fará parte da Comunidade **PISA para Escolas**, que em breve será lançada, e que oferece às escolas um fórum online para aprendizagem entre pares e compartilhamento de experiências sobre desempenho e bem-estar dos alunos.

Desde sua criação, o Brasil tem participado da **Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizagem (TALIS)**. A TALIS é uma pesquisa internacional em larga escala que se concentra nas condições de trabalho dos professores e no ambiente de aprendizagem nas escolas.

Getting Skills Right
Brazil

Reviews of National Policies for Education
Rethinking Quality Assurance
for Higher Education in Brazil

EDUCATION

ESCANEE PARA LER O RELATÓRIO

Educando e capacitando as novas gerações com as competências certas

Anualmente, os dados do Brasil são incluídos no documento **OECD Education at a Glance**. Esta publicação desenvolve e analisa indicadores quantitativos comparáveis internacionalmente para ajudar os governos na construção de sistemas educacionais mais eficazes e equitativos. O Brasil é o único não membro da OCDE a participar plenamente do programa sobre Indicadores de Sistemas Educacionais, uma fonte autorizada de informações precisas e relevantes sobre educação em todo o mundo.

O relatório da OCDE de 2018 **Getting Skills Right: Brazil** examinou os desafios enfrentados pelo sistema de educação de adultos no Brasil, e faz sugestões concretas sobre como alinhar melhor a educação com as necessidades do mercado de trabalho. Como parte da reforma do sistema de educação de adultos, a OCDE foi convidada em junho de 2019 em uma oficina em Brasília para apresentar seu trabalho sobre a criação de sistemas de cupons e um robusto sistema de Avaliação e Antecipação de Competências.

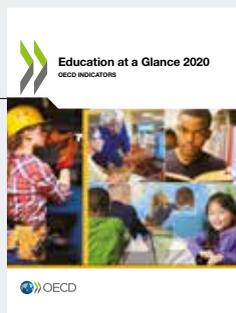
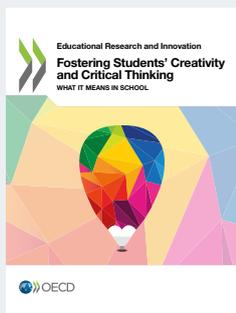
Em 2018, a OCDE publicou a revisão **Rethinking Quality Assurance in Higher Education in Brazil**, que examina os sistemas externos em vigor para garantir a qualidade do ensino superior no Brasil.

Recentemente, o Brasil participou do projeto **Fostering and assessing creativity and critical thinking skills**, que foi apresentado no *Fostering Students' Creativity and Critical Thinking* de 2019. O relatório destaca a importância de ensinar, aprender e progredir na criatividade e no pensamento crítico no ensino fundamental e médio.

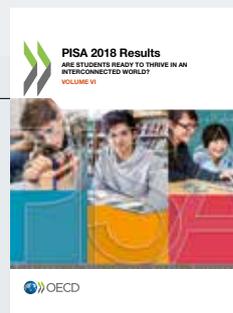
O Brasil está ativamente envolvido no projeto **Futuro da Educação e Habilidades 2030**, que visa ajudar os sistemas educacionais a determinar os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que os estudantes precisam para prosperar e moldar seu futuro.

Em 2020, a OCDE está atualizando o **Perfil do País em Perspectiva de Políticas Educacionais do Brasil**, que examina o atual sistema educacional no Brasil e as respostas políticas trazidas.

www.oecd.org/pisa
www.oecd.org/pisa/aboutpisa/pisafordevelopment.htm
www.oecd.org/edu/school/talis.htm
www.oecd.org/skills/piaac
www.oecd.org/edu/ceri



ESCANEEI PARA
LER O RELATÓRIO





Combatendo a desigualdade de gênero

A igualdade de gênero é tanto um direito fundamental quanto um pilar crítico para promover o crescimento inclusivo e sustentável. Durante a última década, o Brasil promoveu os direitos das mulheres e enfrentou barreiras à igualdade de gênero através de reformas legais e iniciativas destinadas a mudar as normas sociais. Embora as disparidades de gênero no Brasil tenham diminuído nos últimos anos, ainda há muito a ser feito.

Normas e instituições sociais discriminatórias são uma barreira importante para alcançar as metas de desenvolvimento, como mostraram os dados e pesquisas das instituições sociais e do *Índice de Gênero (SIGI)* da OCDE. O SIGI examina a discriminação contra as mulheres em leis, práticas e atitudes, em 180 países, com o objetivo de fornecer os dados necessários para a mudança de políticas transformadoras. O Brasil é classificado no SIGI como tendo baixos níveis de discriminação contra a mulher.

O *Perfil do País SIGI 2019 para o Brasil* ajuda a avaliar como as normas e instituições sociais estão impedindo ou promovendo a igualdade de gênero no país. No Brasil, reduzir pela metade a diferença de gênero na participação da força de trabalho até 2025 poderia levar a um aumento cumulativo de 6,5 pontos percentuais no crescimento do PIB per capita.

O *Relatório Regional SIGI para a América Latina e o Caribe*, fornece uma análise profunda das instituições sociais discriminatórias que as mulheres enfrentam na região e seus custos e impactos no desenvolvimento. No geral, o Brasil tem um desempenho relativamente bom no SIGI em comparação com outros países da América Latina e do Caribe (ALC). Atualmente, apresenta baixos níveis de discriminação nas instituições sociais (0,21 em comparação com uma média regional de 0,25).

O relatório da OCDE *The Pursuit of Gender Equality: An Uphill Battle* (A Busca da Igualdade de Gênero: Uma batalha difícil) fez um balanço de como o Brasil, os países da OCDE e outras economias emergentes estavam se saindo na implementação de políticas para alcançar a igualdade de gênero.

O trabalho da OCDE sobre *Pondo fim à Divisão Digital de Gênero* fornece insights sobre as causas fundamentais da divisão e políticas para fortalecer a participação das mulheres na economia digital. Da mesma forma, o Brasil procura ativamente assegurar que as mulheres estejam envolvidas na transformação digital, com programas como *#MinasProgramam* ajudando a desconstruir estereótipos e incentivando meninas a programar computadores.

www.genderindex.org

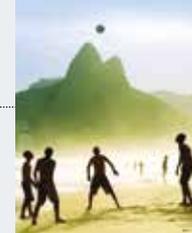
www.genderindex.org/country/brazil/



ESCANEEI PARA
LER O RELATÓRIO



Medindo o bem-estar



A vida está mesmo melhorando? Como podemos saber? Quais são os ingredientes-chave para melhorar a vida – melhor educação, meio ambiente, saúde ou habitação? O progresso significa a mesma coisa para todas as pessoas ou em todos os países e sociedades? Essas questões são ainda mais relevantes após a pandemia de COVID-19.

A *Iniciativa Vida Melhor da OCDE* centra-se no desenvolvimento de estatísticas para captar os aspectos da vida considerados importantes para as pessoas e que determinam a qualidade de suas vidas. Isto permite uma melhor compreensão do que impulsiona o bem-estar dos povos e nações, e o que precisa ser feito para alcançar maior progresso para todos. Os dois principais produtos dessa iniciativa são o *Índice para uma Vida Melhor* (Better Life Index) e o **relatório Como Está a Vida? (How's Life?)**.

O *Índice para uma Vida Melhor* é uma ferramenta interativa baseada na web que convida você a criar seu próprio índice com base em 11 dimensões essenciais para o bem-estar, desde saúde e educação ao ambiente local, segurança pessoal e satisfação com a vida, bem como medidas mais tradicionais, como a renda

Você pode então comparar o bem-estar em todos os países e compartilhar seu índice com outras pessoas, bem como com a OCDE. O *Índice para uma Vida Melhor* inclui dados para os países da OCDE e também para o Brasil e está disponível em inglês, francês, alemão, russo, espanhol, português e italiano.

Como Está a Vida? Medindo o Bem-estar é um relatório semestral. O relatório pinta um quadro amplo de como é a vida nos países da OCDE e outras grandes economias, observando as condições materiais e imateriais e a qualidade de vida das pessoas ao longo de 11 dimensões da *Iniciativa Vida Melhor*,

Este relatório é uma resposta a uma demanda de cidadãos e formuladores de políticas por informações melhores e mais comparáveis sobre o bem-estar e o progresso social das pessoas.



↳ Lançamento da versão em português do *Índice para uma Vida melhor* com a lenda do futebol Pelé. Brasil, junho 2014.

A quinta edição de **Como vai a vida?** foi lançada conjuntamente em março de 2020 com **um nota referente ao Brasil**. Ela apresenta resultados selecionados com base no conjunto de indicadores de bem-estar usados para a *Iniciativa Vida Melhor* e mostra o que os usuários brasileiros do Índice para uma Vida Melhor estão nos dizendo sobre suas prioridades de bem-estar.

www.oecd.org/statistics/howslife.htm

www.oecd.org/statistics/better-life-initiative.htm
oe.cd/how-is-life



ESCANEIE
PARA LER O
RELATÓRIO





INDÚSTRIA E INOVAÇÃO

Construindo uma economia digital e do conhecimento



O desenvolvimento de capacidades de inovação e a disseminação de tecnologias avançadas em toda a economia e sociedade são essenciais para o avanço dos objetivos econômicos e sociais do Brasil. A OCDE oferece consultoria política baseada em evidências sobre como alavancar a ciência, tecnologia e inovação para impulsionar novos negócios, empregos e bem-estar.

O Brasil contribui ativamente e alavanca a agenda da OCDE sobre economia digital e inovação. A **Revisão da OCDE sobre Transformação Digital: Going Digital no Brasil** fornece recomendações para aumentar a aceitação digital por indivíduos e empresas, promover a inovação digital e melhorar a governança e privacidade de dados. Com base na estrutura de política integrada Going Digital, a Review apresenta uma abordagem coerente de todo o governo para ajudar o Brasil a fazer a transformação digital funcionar para o crescimento e o bem-estar.

Complementando isso, a **Revisão da OCDE de Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil** apresenta recomendações concretas para o fortalecimento da infraestrutura de comunicação como um bloco de construção fundamental para aproveitar os benefícios das tecnologias digitais, incluindo o reforço da estrutura institucional, adaptando a estrutura legal para convergir os setores de comunicação e transmissão, melhoria das condições de mercado e promoção da concorrência.

No contexto do fortalecimento da confiança nas tecnologias digitais para fomentar sua adoção por todas as empresas e contribuir para o crescimento da produtividade, o Brasil ajudou a desenvolver um questionário da OCDE para medir o Gerenciamento de Risco Digital corporativo. O Brasil está integrado ao *STIP Compass*, uma ferramenta online que permite aos países comparar e contrastar seu ambiente político para Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) com a OCDE e outros pares. O Brasil está trabalhando para alinhar sua agenda nacional de CTI com as Metas de Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil também é membro do *Fórum Global de Produtividade da OCDE*, que fornece uma plataforma para compartilhar experiências de países e discutir políticas de aumento de produtividade, e está envolvido com a OCDE em uma série de atividades estatísticas, incluindo os projetos exclusivos de microdados *DynEmp* e *MultiProd*, que ajudam a esclarecer como as empresas podem contribuir para agregar emprego e crescimento da produtividade.

A OCDE e o Brasil compartilham um interesse comum em várias áreas políticas críticas. O Brasil aderiu à recente **Recomendação da OCDE sobre Inteligência Artificial** adotada em maio de 2019 – a primeira norma intergovernamental sobre IA confiável – e à **Recomendação de Segurança Digital de Atividades Críticas**, em dezembro de 2019. O Brasil também participa do *Observatório de IA da OCDE* que fornece análises políticas multidisciplinares e baseadas em evidências sobre IA e facilita o diálogo entre as diversas partes interessadas.

www.oecd.org/sti
www.oecd.org/going-digital
www.stip.oecd.org/stip/countries/Brazil



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO

Promovendo uma indústria de aço vibrante



O Brasil desempenha um papel significativo nos mercados globais de aço e matérias-primas relacionadas. É um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo e de longe o maior produtor de aço da América Latina. No entanto, o setor siderúrgico do país enfrenta importantes ventos de proa associados à recente desaceleração da economia e do mercado siderúrgico global.

O setor siderúrgico continua a sofrer de excesso de capacidade, o que pesou na viabilidade financeira de muitos produtores de aço e levou a uma escalada dos atritos comerciais. Em 2019, o Brasil foi a 9ª maior economia produtora de aço do mundo com 32,2 milhões de toneladas (mmt), representando 1,7% da produção mundial de aço bruto. O Brasil é também o segundo maior produtor de minério de ferro (18,6%) e o segundo maior exportador do mundo (25%).

A OCDE coopera com o Brasil para monitorar a evolução do mercado e das políticas do aço e promover o ajuste estrutural no setor siderúrgico. O Comitê do Aço da OCDE tem mantido um relacionamento longo e frutífero com o Brasil, que tem participado ativamente das discussões como Associado desde 1996. O Brasil é membro fundador do *Fórum Global da OCDE sobre Capacidade Excedente de Aço* (GFSEC), estabelecido em 2016, e tem desempenhado um papel ativo em todas as suas deliberações até o momento.

A cooperação com o Brasil no Comitê do Aço e no GFSEC contribui significativamente para o diálogo internacional compartilhado sobre a questão do excesso de capacidade siderúrgica, comércio de aço e matérias-primas, modernização da indústria, ajuste estrutural, inovação e desafios ambientais. O GFSEC ajuda a aumentar a transparência no que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade de produção de aço e políticas e medidas governamentais relevantes, e fornece uma plataforma única para desenvolver ações coordenadas e eficazes para enfrentar o desafio global do excesso de capacidade.

A OCDE também está comprometida em continuar o engajamento com os atores da indústria siderúrgica brasileira, inclusive através do *Instituto Brasileiro de Siderurgia* e da *Associação Aço América Latina*, que são regularmente convidados para reuniões e workshops do Comitê do Aço para compartilhar suas opiniões sobre as perspectivas do mercado e para informar os formuladores de políticas sobre sua posição em questões comerciais e estruturais.

www.oecd.org/sti/ind/steel.htm





MEIO AMBIENTE E ENERGIA

Fomentando o desenvolvimento sustentável



À medida que as economias mundiais se tornam mais integradas, o crescimento econômico tem criado problemas ambientais que exigem soluções globais. Para garantir que os recursos naturais sejam preservados para as gerações futuras, o desenvolvimento social e econômico deve ser acompanhado por políticas ativas de cada país e da comunidade internacional.

O Brasil tem mostrado interesse em participar mais ativamente dos trabalhos da OCDE relacionados ao meio ambiente. Solicitou tornar-se um participante do Comitê de Política Ambiental da OCDE e aderir aos instrumentos legais selecionados da OCDE relacionados ao meio ambiente.

Com o apoio do Fundo de Prosperidade do Reino Unido, a OCDE está tabalhando em um projeto para ajudar o Brasil a alinhar suas políticas ambientais aos padrões da OCDE, inclusive em termos de produtos químicos e gestão de resíduos.

O relatório da OCDE de 2018 sobre *Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável na América Latina: As evidências das Revisões de Desempenho Ambiental* destacam várias boas práticas políticas do Brasil relacionadas à conservação da biodiversidade e ao manejo de áreas protegidas. Entretanto, os desafios relativos ao desmatamento aumentaram nos últimos anos e, portanto, é importante que o Brasil continue a reforçar

seu combate contra o desmatamento e a proteger sua rica biodiversidade e seu uso sustentável.

O *Environment at a Glance Indicators* de 2019 fornece acesso on-line interativo em tempo real aos dados mais recentes comparáveis da OCDE sobre o meio ambiente do Conjunto Básico de Indicadores Ambientais da OCDE – uma ferramenta para avaliar o desempenho ambiental nos países e rastrear o caminho para desenvolvimento sustentável. Os indicadores refletem dados coletados de países membros e parceiros, incluindo o Brasil.

O documento da OCDE de 2019 *Rumo ao Crescimento Verde em Economias de Mercados Emergentes: Evidências de Análises de Desempenho Ambiental* apresenta as principais realizações no Brasil (e em outras economias de mercado emergentes selecionadas), junto com tendências comuns e desafios de política. Ele fornece insights sobre a eficácia e eficiência das estruturas e medidas de políticas de crescimento verde, que podem fornecer lições úteis para outros países da OCDE e parceiros. Baseia-se nos estudos de país conduzidos no âmbito do *Programa de Avaliação de Desempenho Ambiental da OCDE*.

www.oecd.org/environment

www.oecd.org/env/countryreviews



ESCANEEI PARA
LER O RELATÓRIO



Promovendo a boa governança da água



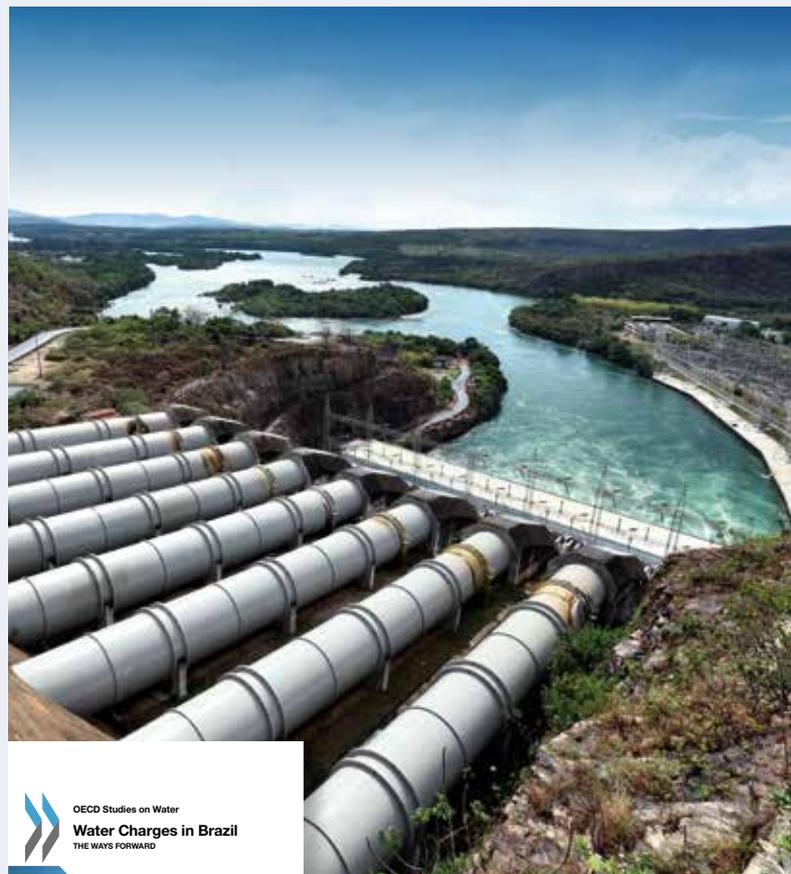
Aproveitar a água para impulsionar o crescimento sustentável requer investimentos em infraestrutura hídrica, informações e instituições. Serviços de água de boa qualidade são caros e exigem uma gestão eficiente da água. O Brasil fez progressos notáveis nessa área nas últimas décadas; no entanto, reformas adicionais poderiam fortalecer ainda mais a sustentabilidade dessas políticas.

Embora a água seja abundante no Brasil, ela é distribuída de forma desigual entre as regiões e usuários, o que significa que o país enfrenta secas severas e um excesso de água ao mesmo tempo. As tendências econômicas, demográficas e climáticas tornam essas questões mais críticas, pois afetam a variabilidade, a disponibilidade e a demanda das chuvas, e aumentam o número de pessoas e ativos em risco.

A OCDE e a Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) têm desfrutado de colaborações frutíferas na governança da água por vários anos. Eles trabalham juntos para encontrar maneiras de melhorar a capacidade federal e estadual de implementar políticas de água eficazes. Na verdade, essa cooperação lançou luz sobre exemplos de soluções e boas práticas de interesse para os países membros e parceiros da OCDE, como o Pacto Nacional para a Gestão da Água do Brasil. Este Pacto visa intensificar o diálogo em vários níveis federal-estadual-bacia em direção à gestão integrada, levando em consideração a diversidade entre os estados em termos de desempenho, hidrologia, desenvolvimento e capacidade institucional.

Em 2019-20, a OCDE iniciou uma nova colaboração sobre a *Realização de Recomendações de Políticas da OCDE*. Isso consiste em quatro workshops de capacitação com foco no papel da cobrança pelo uso da água na contribuição para o crescimento sustentável e inclusivo do Brasil.

www.oecd.org/water



OECD Studies on Water
Water Charges in Brazil
THE WAYS FORWARD



OECD

ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO





Desenvolvendo a estratégia energética

As políticas de energia do Brasil se enquadram bem nos desafios de energia mais urgentes do mundo. O acesso à eletricidade em todo o país é quase universal e as energias renováveis atendem a quase 45% da demanda de energia primária, tornando o setor de energia do Brasil um dos menos intensivos em carbono do mundo. A Agência Internacional de Energia e o Brasil concordaram em intensificar ainda mais sua cooperação em soluções políticas para um futuro energético sustentável e seguro.

Em 31 de Outubro de 2017, o Brasil associou-se a **Agência Internacional de Energia (IEA)** como um país Associado, abrindo novas vias de cooperação. A IEA trabalha com o Brasil para melhorar e consolidar os dados e estatísticas de energia do país. O foco tem sido entender melhor suas metodologias atuais de coleta de dados e relatórios e apoiar o desenvolvimento de indicadores de eficiência energética.

O **Programa IAE de Eficiência Energética em Economias Emergentes**, realizado em 2018, apoiou o desenvolvimento e a revisão do Plano de Ação de Eficiência Energética nacional no Brasil. Isso incluiu um workshop nacional sobre o papel da eficiência energética na maior descarbonização do sistema energético do Brasil e como ele pode apoiar o desenvolvimento econômico e social.

Como parte do **Programa de Transições para Energia Limpa 2019**, as atividades com o Brasil foram mais amplas e profundas do que nunca. Em particular, o trabalho sobre dados e estatísticas sobre eficiência energética e inovação energética teve início. Notavelmente, o Brasil se tornou o primeiro país da América do Sul a preencher o **Questionário de Dados de Eficiência Energética da IEA**. Como consequência, o IEA incluiu o Brasil no **Relatório Estatístico de Eficiência Energética** anual pela primeira vez e um curso online sobre indicadores de eficiência energética foi lançado em português.

O último **Balço Energético Mundial (2019)**, traz dados detalhados para mais de 150 países e regiões, sobre o fornecimento e consumo de carvão, petróleo, gás natural, eletricidade, calor, energias renováveis e resíduos do Brasil, assim como de muitos outros latino-americanos.

Em janeiro de 2020, o trabalho sustentado entre a IEA e o Brasil levou à coautoria do *IEA Hydropower Technology Roadmap*, que é um exercício de benchmarking internacional em eficiência energética.

O Brasil e a IEA estão discutindo uma colaboração na *Plataforma BioFuture*, que visa promover a coordenação internacional em combustíveis avançados de baixo carbono. A IEA também apoiará o desenvolvimento do plano de eficiência energética de dez anos do Brasil e co-sediara um evento de treinamento em eficiência energética no Brasil para compartilhar experiências regionais e globais.

www.iea.org
www.worldenergyoutlook.org





Aprimorando a energia nuclear e outras aplicações nucleares

A energia nuclear fornece eletricidade de carga de base confiável em grande escala, contribui para a segurança do fornecimento de energia e é uma solução comprovada para as mudanças climáticas e a poluição do ar. O Brasil continua a fortalecer seu compromisso com a Agência de Energia Nuclear, principalmente por meio da troca de opiniões sobre energia nuclear, educação e pesquisa.

A **Agência de Energia Nuclear (NEA)** é uma agência especializada no âmbito da OCDE que visa ajudar seus países membros a manter e desenvolver as bases científicas, tecnológicas e jurídicas necessárias para um uso seguro, ambientalmente correto e econômico da energia nuclear para fins pacíficos finalidades. Os membros da NEA consistem em 33 países que representam 82% da capacidade instalada mundial de geração de eletricidade nuclear.

O Brasil possui dois reatores nucleares, que fornecem cerca de 3% da eletricidade do país, bem como um terceiro reator em construção e reatores adicionais em consideração. Suas atividades nucleares incluem programas de pesquisa e desenvolvimento

significativos, enriquecimento de urânio e fabricação de combustível nuclear. O Brasil tem a oitava maior base de recursos de urânio identificada do mundo. Além disso, o Brasil é um mercado importante e crescente para radioisótopos médicos.

O Brasil é um dos membros fundadores do *Fórum Internacional Geração IV (GIF)*, do qual a NEA atua como Secretária Técnica. O GIF realiza cooperação internacional em pesquisa para desenvolver reatores com melhor desempenho em termos de segurança, resistência à proliferação, desempenho econômico, melhor uso dos recursos naturais e minimização de resíduos.

Em novembro de 2019, o Diretor Geral da NEA, Sr. William D. Magwood IV, e alto funcionários visitaram o Brasil para uma série de reuniões com vários ministérios e instituições para fortalecer ainda mais a cooperação em curso.

www.oecd-nea.org

www.gen-4.org

www.ifnec.org



📍 Visita de **William D. Magwood IV**, Diretor-Geral da NEA, ao Brasil em novembro de 2019



Fortalecendo a segurança química e transgênica

O Brasil fez um progresso notável em sua indústria química e transgênica na última década. Este desenvolvimento tem sido crítico para seu crescimento econômico e melhoria social; no entanto, continua sendo crucial garantir que a segurança não seja negligenciada no processo.

O Brasil é aderente ao sistema da OCDE para a *Aceitação Mútua de Dados (MAD)* na Avaliação de Produtos Químicos, que permite que os resultados dos testes não clínicos de segurança em produtos químicos sejam compartilhados entre a OCDE e países parceiros aderentes ao MAD. O Brasil participa do desenvolvimento e uso de métodos alternativos *in vitro* para testes de produtos químicos. O Brasil também está cada vez mais envolvido com acordos de compartilhamento de trabalho para a revisão de pesticidas e na *Rede da OCDE sobre Comércio Ilegal de Pesticidas*.

Como o segundo produtor de safras transgênicas do mundo, o Brasil co-liderou e participou da preparação de vários documentos da OCDE abordando questões de biossegurança dos principais produtos agrícolas (mandioca, feijão comum, feijão-caupi, mamão, cana-de-açúcar, batata-doce), bem como para o mosquito vetor da doença *Aedes aegypti*, utilizado no combate à dengue.

O Brasil se beneficia do **Programa de Produtos Químicos e Biotecnologia da OCDE**, que apóia os esforços do governo e da indústria para administrar os riscos decorrentes da produção e uso de produtos químicos industriais, nanomateriais, pesticidas, biocidas, organismos geneticamente modificados e novos alimentos e rações. Também aborda áreas de preocupação relacionadas, como acidentes químicos e o desenvolvimento de *Registros de Liberação e Transferência de Poluentes (PRTRs)*, que informam o público sobre a quantidade de produtos químicos perigosos e poluentes lançados no ar, na água e no solo.

Como o Brasil está atualmente estabelecendo seu sistema de gestão de produtos químicos industriais, ao mesmo tempo em que fortalece sua biossegurança e um novo sistema de



segurança de alimentos / rações, incluindo produtos derivados de novas técnicas de melhoramento, a colaboração futura visa a cooperar mais em áreas de trabalho relevantes para a nova legislação brasileira, como definição de prioridades e metodologias de avaliação de risco.

www.oecd.org/chemicalsafety
www.oecd.org/env/ehs



UM ATOR GLOBALE REGIONAL



Promovendo uma cooperação efetiva para o desenvolvimento eficaz e a agenda 2030

O Brasil é um grande fornecedor de cooperação Sul-Sul, com foco particular na América Latina e na África. A colaboração entre o Brasil e a OCDE em questões de cooperação internacional para o desenvolvimento é antiga e tem sido especialmente frutífera desde 2017.

O Brasil está ativamente engajado na Cooperação para o Desenvolvimento triangular na OCDE, o que ajuda a promover as relações Sul-Sul e superar as divisões Norte-Sul. Como membro do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC), o Brasil aderiu à **Recomendação da OCDE sobre Boas Práticas de Contribuições**. Em 2019, o Brasil participou de reuniões de alto nível da América Latina e Caribe (LAC) –DAC Dialogue on Development Co-operation.

Desde 2018, o Brasil é observador da força-tarefa internacional de *Apoio Total Oficial para o Desenvolvimento Sustentável* (TOSSD), representada pela *Agência Brasileira de Cooperação* (ABC), pelo instituto de pesquisas governamental *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) e pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Além disso, o Brasil contribuiu para o desenvolvimento de uma nova estrutura estatística para medir o apoio aos ODS. Em particular, o IPEA testou a metodologia TOSSD no ODS 13 (ação climática).

Em junho de 2019, a OCDE publicou a pesquisa **Capacitando o Empoderamento Econômico das Mulheres: Novas Abordagens para o Trabalho Não Remunerado em Países em Desenvolvimento**, que, entre outros países, foi realizada no Brasil. O relatório analisou o trabalho de assistência não remunerado e ofereceu recomendações sobre como os governos, o setor privado e os atores da sociedade civil podem criar políticas para apoiar tanto aqueles que precisam quanto aqueles que prestam assistência.

No âmbito da iniciativa conjunta da OCDE, das Nações Unidas para o Meio Ambiente e do Banco Mundial, o estudo de caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – **Ampliando a infraestrutura compatível com o clima: Insights de bancos nacionais de desenvolvimento no Brasil e na África do Sul** – foi publicado em outubro 2019.

Em abril de 2019, o Brasil aderiu à **Abordagem Territorial da OCDE aos ODS**, que visa promover o crescimento da produtividade, a inclusão social e a estabilidade ambiental nas regiões. Desde então, uma colaboração especial com o Estado do Paraná para produzir recomendações de políticas personalizadas e um plano de ação até o final do verão de 2020 foi iniciada. Isso envolverá uma avaliação da posição do Paraná em relação aos ODS e levará ao compartilhamento das melhores práticas de especialistas da OCDE na área.

www.oecd.org/dac



ESCANEE
PARA LER O
RELATÓRIO



Buscando a colaboração dos sindicatos, da comunidade empresarial e das fundações

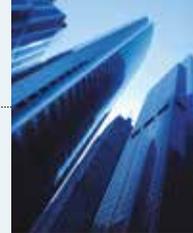
Com a intensificação das interconexões do mercado global, a colaboração internacional não deve se restringir ao nível governamental. Como trazemos comunidades empresariais, fundações e sindicatos para o diálogo internacional?

O **Comitê Consultivo Sindical (TUAC)** é uma organização sindical internacional, que tem status consultivo junto à Organização e seus diversos comitês. TUAC trabalha em estreita colaboração com a Confederação Sindical Internacional e a Confederação Sindical das Américas para garantir que a voz dos trabalhadores em países não pertencentes à OCDE também seja ouvida. A *Central Única dos Trabalhadores* e outras centrais sindicais participam do trabalho realizado na TUAC para preparar as posições assumidas pelos Sindicatos Globais no G20 e em outros fóruns.

A OCDE concedeu à comunidade empresarial um assento à mesa nas principais discussões políticas. O **Comitê de Aconselhamento Empresarial e Industrial (BIAC)** atua como porta-voz dos negócios em nome das principais organizações industriais e de empregadores. O Brasil, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), interage ativamente

com as principais organizações empresariais da OCDE e de países não membros da OCDE. Os membros da BIAC participam das discussões e da formação de políticas por meio de consultas com lideranças, delegados do governo, comitês e grupos de trabalho, e fornecem informações em primeira mão, conselhos e perspectiva do setor. Como resultado, as políticas e programas são fortalecidos e melhor posicionados para realmente trabalhar no mercado. A OCDE também trabalha em estreita colaboração com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

A **Rede de Mercados Emergentes (EMnet)** é uma iniciativa dedicada ao setor empresarial que serve como uma plataforma para o diálogo e a troca de experiências entre empresas multinacionais sediadas na OCDE e suas contrapartes em economias emergentes. A EMnet promove intercâmbios sobre restrições de negócios em mercados emergentes e da OCDE entre seus membros. Ao lado de executivos de empresas, a EMnet envolve formuladores de políticas e especialistas da OCDE em sessões a portas fechadas, proporcionando uma conversa franca sobre as restrições comuns. Como uma plataforma única para o diálogo com o setor privado, a EMnet



produz notas de política periódicas que fornecem uma visão geral da perspectiva do setor privado sobre fazer negócios em economias emergentes. Todos os anos, um em cada quatro encontros da rede tem como foco a América Latina. A sessão de 2019 se concentrou em “Aproveitar o impacto das novas tecnologias”.

A **Rede Global de Fundações que Trabalham para o Desenvolvimento (netFWD)** reúne fundações auto-selecionadas comprometidas com a otimização do impacto da filantropia para o desenvolvimento por meio do compartilhamento de experiências, influência política e desenvolvimento de parcerias inovadoras. O Centro de Desenvolvimento da OCDE lançou o netFWD em 2012, reconhecendo não apenas o papel cada vez mais importante que as fundações desempenham na arena do desenvolvimento e as práticas inovadoras emergentes do setor filantrópico, mas também a demanda por uma plataforma de cooperação e intercâmbio. A cooperação com o setor filantrópico brasileiro tem sido forte desde o início da Rede, com três membros e associados do país: Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social e a Worldwide Initiative for Grantmaker Support (WINGS), uma rede global de associações de fundações.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), um dos maiores think tanks do mundo, é Parceira do Conhecimento do **Fórum da OCDE**, principal evento da Organização. Ela também tem sido ativa em levar o *Índice de Vida Melhor da OCDE* para o público brasileiro.

Além disso, os parlamentares do Brasil estão se envolvendo cada vez mais na **Rede Parlamentar Global da OCDE**, que visa facilitar o diálogo entre os parlamentares sobre a aprovação e implementação de reformas.

Em junho de 2019, o Congresso brasileiro criou o **Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-OCDE**. Reunindo deputados federais e senadores de partidos diferentes, o grupo proporcionou uma importante plataforma para expandir e fortalecer a cooperação entre os legisladores brasileiros e a Organização.

www.biac.org
www.tuac.org
www.oecd.org/dev/oecdemnet.htm
www.oecd.org/development/networks
www.oecd.org/forum
www.oecd.org/parliamentarians

Anexos



📍 Chateau de la Muette, Paris – sede da OCDE

A OCDE DE HOJE: POLÍTICAS MELHORES PARA VIDAS MELHORES

A OCDE é uma organização intergovernamental criada para promover políticas para melhorar o bem-estar econômico e social de pessoas em todo o mundo. A OCDE fornece um fórum no qual os governos podem trabalhar juntos para buscar soluções para problemas, compartilhar experiências e identificar as melhores práticas.

Governos de países membros e parceiros trabalham com a Organização para entender os principais fatores de mudanças econômicas, sociais e ambientais. A OCDE mede a produtividade e os fluxos globais de comércio e investimento, analisa e compara dados para prever tendências e define padrões internacionais em uma ampla gama de áreas, de governança a luta contra o suborno e a corrupção, tributação a proteção do meio ambiente.

RELAÇÕES GLOBAIS

Por meio da construção de relacionamentos ao longo dos últimos 50 anos, a OCDE transformou-se em uma organização global, com 37 membros da América, Europa, Ásia e Oceania, incluindo países desenvolvidos e Países emergentes. A Costa Rica foi convidada a ser membro da OCDE em 2020.

Na Reunião Ministerial do Conselho (MCM) de 2007, os Ministros convidaram o Secretário-Geral a “fortalecer a cooperação da OCDE com o Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul através de um maior envolvimento com vista a uma possível adesão”. Um elemento central de engajamento reforçado tem sido a direta e ativa participação dos Parceiros nos trabalhos dos órgãos oficiais da OCDE.

As relações da OCDE com não-membros foram ampliadas. Seus programas regionais cobrem o Sudeste Asiático, o Sudeste Europeu, Eurásia, Oriente Médio e Norte da África, bem como a América Latina e o Caribe. A OCDE também desenvolveu Programas de País com o Cazaquistão, Marrocos, Peru e Tailândia

FATOS RÁPIDOS

História: Estabelecimento em 1961

Sede: Paris, França

Secretário geral: Angel Gurría

Filiação: 37 países (Costa Rica foi convidada a se tornar o 38º membro)

Adesão: 2 países

Parceiros Chave: 5 países

Programas Regionais: 5 regiões

Programas de país: 4 países

Publicações: Cerca de 250 novas publicações por ano

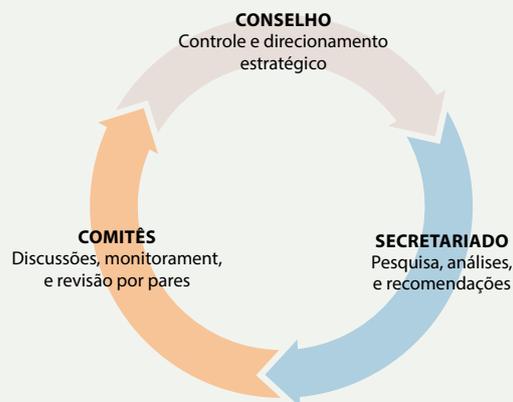
Comitês: Cerca de 250 Comitês e seus órgãos subsidiários

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A OCDE está estruturada em torno do Conselho, Comitês e Secretariado:

- O poder de tomada de decisão é exercido pelo Conselho da OCDE. Supervisionando o funcionamento da Organização e dando orientação estratégica, é composta por um representante por país membro, mais um representante da Comissão Europeia, e toma decisões por consenso.
- No nível do Comitê, representantes dos países membros e países com status de Observador das delegações permanentes à OCDE ou suas capitais participam das reuniões para solicitar, revisar e contribuir para o trabalho realizado pela Secretaria. Os termos para participação de parceiros em comitês são discutidos na página 54.
- A Secretaria coleta dados, conduz pesquisas e análises e produz propostas de políticas. O Secretário-Geral chefa o Secretariado e é assistido por um ou mais Secretário-Geral Adjunto. O Secretário-Geral também preside o Conselho, fazendo a ligação entre as delegações nacionais e o Secretariado.

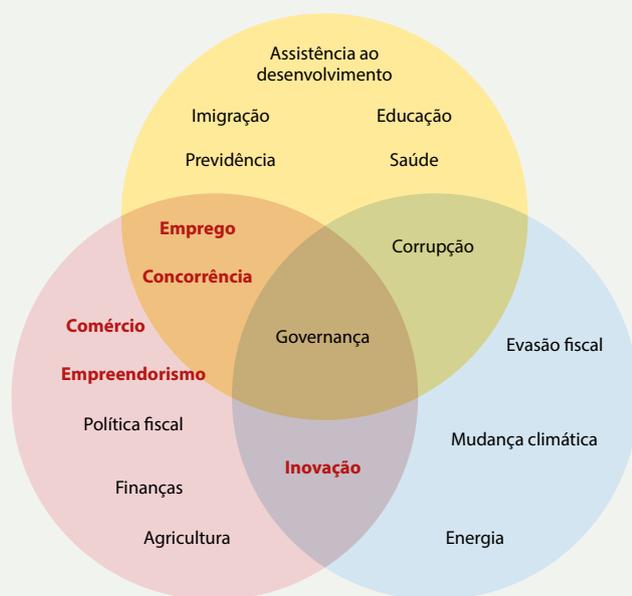
Estrutura de governança da OCDE



MÉTODOS DE TRABALHO

Por meio da OCDE, os governos trabalham em conjunto com uma abordagem multidisciplinar para desenvolver orientações políticas baseadas em evidências, envolvendo cada vez mais diferentes partes interessadas, incluindo parlamentos, comunidades empresariais e a sociedade civil. Com base em estatísticas comparáveis coletadas entre os governos membros e parceiros, o Secretariado da OCDE analisa as experiências políticas dos países e identifica as boas práticas para informar a formulação de políticas nos países participantes e além. As “revisões pelos pares”, baseadas no diálogo e na construção de consenso, permitem um monitoramento eficaz do progresso da reforma em uma ampla gama de áreas políticas. As boas práticas identificadas e as recomendações de políticas contribuem para a formulação de novos padrões internacionais na forma de “instrumentos”, conforme descrito na página 52.

A OCDE atua em uma ampla gama de áreas de política pública



INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA OCDE: FACILITANDO A COORDENAÇÃO INTERNACIONAL

Por mais de 50 anos, a OCDE desenvolveu diretrizes e padrões de políticas que promovem a igualdade de condições e melhoram o diálogo político na comunidade internacional. Existem atualmente 450 instrumentos jurídicos da OCDE, estabelecendo normas vinculativas e não vinculativas em quase todas as áreas de trabalho da Organização.

A maioria deles são decisões e recomendações do Conselho (conhecidas em conjunto como “Atos da OCDE”, ver act.oecd.org). Duas outras categorias de instrumentos jurídicos foram desenvolvidas através da prática da Organização, a saber, Declarações e Acordos Internacionais concluídos com a estrutura da OCDE.

Talvez os exemplos mais conhecidos sejam a Declaração sobre Investimentos Internacionais e Empreendimentos Multinacionais (e Atos da OCDE relacionados), da qual o Brasil é Aderente desde 1997; a Convenção sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da qual o Brasil é parte desde 2000; a Recomendação de 2018 do Conselho sobre a Orientação da OCDE sobre a devida diligência para uma conduta empresarial responsável; e a Recomendação do Conselho de Inteligência Artificial adotada em 2019.

Atualmente, um esforço conjunto está sendo feito para integrar ainda mais as perspectivas do Brasil nas atividades de definição de padrões da OCDE. Em particular, a participação do Brasil e de outros Parceiros-chave no desenvolvimento de novos instrumentos jurídicos e na revisão dos existentes é crucial para garantir sua relevância global.

BRASIL ATUALMENTE ADERE A 94 INSTRUMENTOS LEGAIS DA OCDE

Agricultura e Alimentação

1. Decisão do Conselho de Revisão dos Esquemas da OCDE para a Certificação Varietal ou Controle da Movimentação de Sementes no Comércio Internacional
2. Decisão do Conselho revisando o Esquema da OCDE para a Aplicação de Padrões Internacionais para Frutas e Legumes
3. Decisão do Conselho de revisar os Códigos Padrão da OCDE para o Teste Oficial de Tratores Agrícolas e Florestais
4. Recomendação do Conselho sobre a Orientação da OCDE-FAO para cadeias de abastecimento agrícola responsáveis

Anticorrupção e Integridade

5. Recomendação do Conselho sobre Medidas Tributárias para Combater o Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais
6. Recomendação do Conselho para Combater o Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais
7. Declaração sobre Propriedade, Integridade e Transparência na Conduta de Negócios e Finanças Internacionais
8. Recomendação do Conselho de Orientação de Diligência Devida para Cadeias de Fornecimento Responsável de Minerais de Áreas Afetadas por Conflitos e de Alto Risco
9. Declaração sobre a luta contra o suborno estrangeiro – Rumo a uma nova era de aplicação da lei
10. Recomendação do Conselho sobre a Orientação da OCDE sobre a devida diligência para cadeias de suprimentos responsáveis no setor de vestuário e calçados
11. Recomendação do Conselho sobre a Orientação de Due Diligence para o Envolvimento Significativo das Partes Interessadas no Setor Extrativo
12. Recomendação do Conselho sobre a Orientação da OCDE sobre Due Diligence para Conduta Responsável de Negócios

Desenvolvimento

13. Recomendação do Conselho de Atores de Cooperação para o Desenvolvimento sobre a Gestão do Risco de Corrupção
14. Declaração sobre o aumento da produtividade para o crescimento inclusivo
15. Recomendação do DAC sobre boas práticas de doadores

Educação

16. Declaração sobre Futuras Políticas Educacionais no Contexto Social e Econômico em Mudança
17. Recomendação do Conselho sobre as Diretrizes para Provisão de Qualidade no Ensino Superior Transfronteiriço

Meio Ambiente

18. Decisão do Conselho sobre a aceitação mútua de dados na avaliação de produtos químicos
19. Decisão-Recomendação do Conselho de Conformidade com os Princípios de Boas Práticas de Laboratório
20. Recomendação do Conselho sobre o intercâmbio de informações relacionadas à exportação de produtos químicos proibidos ou severamente restritos
21. Recomendação do Conselho sobre o Teste de Segurança e Avaliação de Nanomateriais Fabricados
22. Recomendação do Conselho sobre o estabelecimento e implementação de registros de liberação e transferência de poluentes (PRTRs)
23. Declaração sobre redução de risco para chumbo
24. Recomendação do Conselho de Garantia de Qualidade em Testes Genéticos Moleculares
25. Recomendação do Conselho sobre Considerações de Segurança para Aplicações de Organismos de DNA Recombinante na Indústria, Agricultura e Meio Ambiente

Finanças e Investimento

26. Decisão do Conselho de Incentivos e Desincentivos ao Investimento Internacional Terceira
27. Decisão Revisada do Conselho sobre Tratamento Nacional
28. Recomendação do Conselho sobre Medidas dos Países Membros em relação ao Tratamento Nacional de Empresas Controladas por Estrangeiros nos Países Membros da OCDE e com base em Considerações de Ordem Pública e Interesse de Segurança Essencial
29. Recomendação do Conselho sobre Exceções dos Países Membros ao Tratamento Nacional e Medidas Relacionadas ao Tratamento Nacional relativas ao Setor de Serviços
30. Decisão do Conselho sobre Requisitos Conflitantes sendo impostos às Empresas Multinacionais
31. Recomendação do Conselho sobre Exceções dos Países Membros ao Tratamento Nacional e Medidas Relacionadas ao Tratamento Nacional na Categoria de Aids e Subsídios Oficiais
32. Recomendação do Conselho a respeito das exceções dos países membros ao tratamento nacional e às medidas relacionadas ao tratamento nacional relativas ao investimento por empresas estabelecidas sob controle estrangeiro
33. Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais
34. Decisão do Conselho sobre as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais
35. A Carta de Bolonha sobre Políticas para as PME
36. Declaração Ministerial de Istambul sobre a Promoção do Crescimento de PMEs inovadoras e competitivas internacionalmente
37. Entendimento Setorial sobre Créditos de Exportação para Aeronaves Civis
38. Recomendação do Conselho de Princípios de Alto Nível sobre Proteção ao Consumidor Financeiro
39. Recomendação do Conselho de Diretrizes sobre Governança de Seguradora
40. Recomendação do Conselho de Boas Práticas para Gestão de Sinistros de Seguros
41. Recomendação do Conselho sobre Exceções dos Países Membros ao Tratamento Nacional e Medidas Relacionadas relativas ao Acesso ao Crédito Bancário Local e ao Mercado de Capitais
42. Recomendação do Conselho de Governança Orçamentária

43. Recomendação do Conselho sobre Educação Financeira
44. Recomendação do Conselho sobre um quadro político para um regulamento financeiro eficaz e eficiente
45. Recomendação sobre segurança de produtos de consumo
46. Recomendação do Conselho sobre um quadro político para um regulamento financeiro eficaz e eficiente

Governança

47. Convenção sobre o combate ao suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais
48. Recomendação do Conselho sobre Cooperação Internacional em Investigações e Procedimentos de Concorrência
49. Recomendação do Conselho de Princípios de Governança Corporativa
50. Recomendação do Conselho de Combate à manipulação de licitações nas compras públicas
51. Recomendação do Conselho sobre Separação Estrutural em Indústrias Reguladas
52. Declaração para o Futuro da Economia da Internet (Declaração de Seul)
53. Recomendação do Conselho para facilitar a cooperação entre autoridades fiscais e outras autoridades responsáveis pela aplicação da lei para combater crimes graves
54. Recomendação do Conselho de Princípios para Elaboração de Políticas para a Internet
55. Recomendação do Conselho sobre Governo Aberto
56. Recomendação do Conselho sobre Suborno e Créditos de Exportação com Apoio Oficial
57. Recomendação do Conselho sobre Ação Efetiva contra Cartéis Hard Core
58. Recomendação do Conselho para Melhor Acesso e Uso Mais Eficaz das Informações do Setor Público
59. Recomendação do Conselho de Revisão de Fusões
60. Recomendação do Conselho de Estratégias de Governo Digital
61. Recomendação do Conselho sobre a Melhoria da Qualidade da Regulamentação Governamental
62. Recomendação do Conselho de Política Regulatória e Governança
63. Recomendação do Conselho sobre a Governança de Ensaios Clínicos

Indústria e Serviços

64. Declaração sobre o fortalecimento das PMEs e o empreendedorismo para a produtividade e o crescimento inclusivo
65. Recomendação do Conselho sobre Avaliação da Concorrência
66. Diretrizes multilaterais (extrato do anexo da decisão que cria um Comitê de aço)

Desenvolvimento Regional, Rural e Urbano

67. Declaração sobre Políticas para a Construção de Melhores Futuros para Regiões, Cidades e Zonas Rurais
68. Recomendação do Conselho sobre Investimento Público Efetivo em Todos os Níveis de Governo

Ciência e Tecnologia

69. Declaração de Daejeon sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Era Global e Digital
70. Recomendação do Conselho de Desenvolvimento de Banda Larga
71. Recomendação do Conselho de Segurança Digital de Atividades Críticas
72. Recomendação do Conselho de Inteligência Artificial
73. Recomendação do Conselho de Proteção ao Consumidor no Comércio Eletrônico
74. Recomendação do Conselho sobre um Quadro Geral de Princípios para Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia
75. Declaração sobre a Economia Digital: Inovação, Crescimento e Prosperidade Social (Declaração de Cancún)
76. Declaração sobre Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável
77. Recomendação do Conselho de Gerenciamento de Risco de Segurança Digital para Prosperidade Econômica e Social
78. Recomendação do Conselho de Cooperação Transfronteiriça na Aplicação de Leis contra o Spam
79. Recomendação do Council on International Mobile Roaming Services
80. Recomendação do Conselho sobre Princípios para Facilitar a Cooperação Tecnológica Internacional Envolvendo Empresas
81. Recomendação do Conselho sobre Acesso a Dados de Pesquisa de Financiamento Público

Tributação

82. Recomendação do Conselho sobre a Prevenção de Dupla Tributação no que diz respeito a Impostos sobre Propriedades e Heranças e sobre Presentes
83. Recomendação do Conselho sobre a Concessão e Concepção de Redução de Impostos nas Convenções Tributárias
84. Recomendação do Conselho sobre o Uso de Números de Identificação Fiscal em um Contexto Internacional
85. Recomendação do Conselho para Combater a Concorrência Tributária Prejudicial
86. Protocolo que altera a Convenção sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Tributária
87. Declaração de Troca Automática de Informações em Matéria Tributária
88. Recomendação do Conselho de Evasão e Evasão Fiscal
89. Recomendação do Conselho sobre a Substituição do Tratado Tributário
90. Recomendação do Conselho sobre um modelo de acordo da OCDE para a realização de exames fiscais simultâneos
91. Recomendação do Conselho sobre a Implementação das Propostas contidas no Relatório de 1998 sobre Concorrência Fiscal Prejudicial
92. Declaração sobre erosão de base e transferência de lucros

Comércio

93. Declaração sobre Melhores Políticas para Alcançar um Sistema Alimentar Global Produtivo, Sustentável e Resiliente
94. Declaração sobre Política Comercial

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ÓRGÃOS DA OCDE

Com status de Associado ou Membro (pleno direito):

1. Agência Internacional de Energia
2. Centro de Desenvolvimento
3. Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais
4. Órgãos relacionados à Aceitação Mútua de Dados (MAD)
5. Comitê de Aço
6. Comitê de Competição
7. Recomendação do Conselho de Princípios de Governança Corporativa

Anexos

8. Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais
9. Rede da OCDE sobre relações fiscais entre níveis de governo
10. Conselho Diretor do Programa de Avaliação de Alunos Internacionais (PISA)
11. Projeto de Erosão de Base e Transferência de Lucro (BEPS)
12. Grupo de Trabalho sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais
13. Grupo de Trabalho sobre Indicadores de Sistemas Educacionais
14. Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável

Com status de participante (em sessões não confidenciais):

1. Comitê de Agricultura
2. Comitê de Política Científica e Tecnológica
3. Comitê de Política de Economia Digital
4. Comissão de Assuntos Fiscais
5. Comitê de Estatística e Política Estatística
6. Comissão de Política do Consumidor
7. Comitê de Governança Corporativa
8. Comitê de Governança Pública
9. Comitê de Comércio Fórum Internacional de Transporte

10. Conselho de Administração do Centro de Pesquisa e Inovação Educacional (CERI)
11. Grupo de Mercados de Commodities
12. Força-Tarefa Consultiva sobre os Códigos de Liberalização
13. Comitê de Política Educacional
14. Comitê de Investimentos ampliado para trabalhos relacionados aos Códigos de Liberalização
15. Comitê de Política Educacional
16. Comitê de Investimentos ampliado para trabalhos relacionados aos Códigos de Liberalização Programa para a Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizagem (TALIS)
17. Conselho Diretor Reuniões conjuntas de especialistas fiscais e ambientais
18. Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura e Comércio
19. Grupo de Trabalho Conjunto sobre Comércio e Meio Ambiente
20. Grupo de Trabalho sobre Comércio
21. Grupo de Trabalho sobre Políticas e Mercados Agrícolas
22. Grupo de Trabalho sobre Segurança de Produtos de Consumo
23. Grupo de Trabalho sobre Estatísticas Financeiras
24. Grupo de Trabalho sobre Previdência Privada
25. Grupo de Trabalho sobre Práticas de Propriedade Estatal e Privatização



Para novidades e informações sobre o trabalho da OCDE e eventos com o Brasil www.oecd.org/brazil



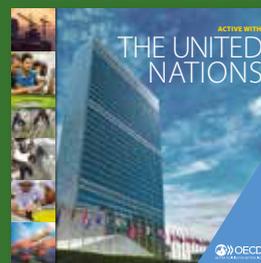
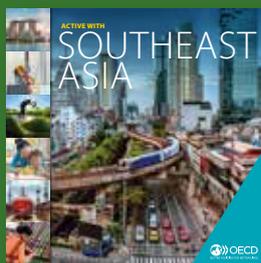
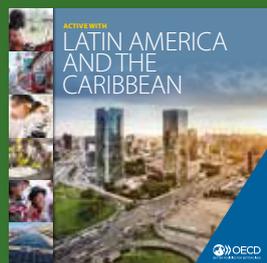
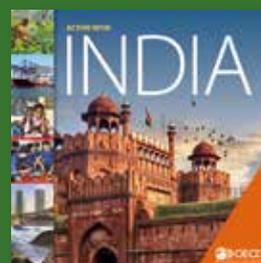
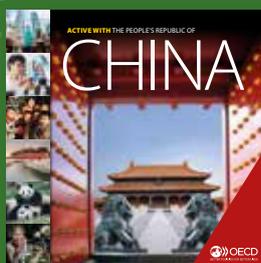
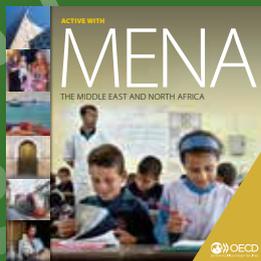
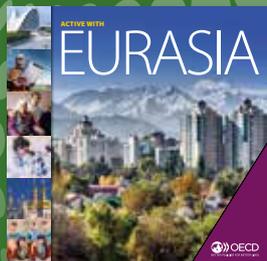
Veja mais sobre a cooperação entre Brasil e OCDE www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/



Descubra relatórios, dados e análises sobre o Brasil e outras potenciais mundiais no **OECD iLibrary**, a base de conhecimento global – www.oecd-ilibrary.org



A OCDE: uma rede de políticas globais



A **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** é uma organização internacional que ajuda os governos a enfrentar os desafios econômicos, sociais e de governança de uma economia globalizada. A Organização oferece um ambiente onde os governos podem comparar experiências de políticas, buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e trabalhar para coordenar políticas domésticas e internacionais.

Os países membros da OCDE são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Letônia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América.



Secretaria de Relações Globais

OCDE, 2 rue André Pascal
75775 Paris Cedex 16
France

www.oecd.org/globalrelations

www.oecd.org/brazil

GRS.contact@oecd.org

Dezembro de 2020